

O CRASTO DE PALHEIROS (MURÇA). DO CALCOLÍTICO À IDADE DO FERRO

Maria de Jesus Sanches*

ABSTRACT:

Excavation work at the site of Crasto de Palheiros (Murça, Vila Real) has started in 1995. A brief outline of the occupation succession (Chalcolithic- Iron Age) is presented here. The importance of the architectural work, occupying 2,5 ha since the Chalcolithic period, justifies a detailed presentation of the different building moments and architectural additions/ alterations : ramparts, paved areas, walls, upright stones.

A. INTRODUÇÃO

Foram muitas as hesitações na hora de iniciar este texto. O elevado volume e a grande diversidade de documentação recolhida nas 6 campanhas de escavação (1995-2001), impunham-nos o dever social e profissional de publicitar os resultados; mas, por outro lado, era precisamente a consciência científica de que a falta de uma investigação de fundo sobre toda essa panóplia de artefactos e ecofactos recolhidos, impedia uma adequada presentificação dos resultados, que nos inibia de fixar em texto uma ou mais interpretações, inexoravelmente provisórias.

Havia ainda uma outra contingência. Sendo várias as investigadoras e investigadores que estudam a documentação paleobotânica arqueozoológica, cerâmica, lítica, metálica e outra, do Crasto de Palheiros, tendo alguns de entre eles iniciado já a publicação de estudos sectoriais¹, tornava-se urgente um enquadramento arqueológico que contribuísse para o entendimento da estação na sua actual fase de escavação.

Assume-se assim que, embora não sendo definitiva pelos motivos aduzidos antes, este texto traduz a interpretação que mais coerentemente respeita toda a documentação recolhida e que foi possível estudar. De fora, mas igualmente pertinente para o entendimento da estação, fica um universo de estudos, digamos, sectoriais que, na sua articulação mútua, podem vir a alterar substancialmente as hipóteses interpretativas que aqui colocamos. E de fora fica ainda a

* Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n; 4150-564 Porto, Portugal. E-mail: msanches@esoterica.pt

¹ - Referimo-nos a Isabel Amorim (1999), a Sandra Barbosa (1999; 2000) e a Isidro M. Gomes, este último com um texto neste número da Portugália.

maior parte da estação porque não escavada sequer: dos 2,5 ha que incluem todas as construções arquitectónicas e os espaços criados por estas, só cerca de 5% daquela área chegou a ser intervencionada² (Fig. 3). É assim pertinente que o leitor assuma também que se trata então do estudo de uma “amostra” arqueológica do Crasto de Palheiros, com todas as contingências interpretativas que a necessária generalização acarretará.

As propostas interpretativas que se seguem originaram-se em processos de simplificação e de hierarquização da documentação; assume-se prioritariamente a sequência estratigráfica nas diferentes áreas da estação e a análise selectiva das datações de C14, que se conjugarão numa base, *sobretudo impressiva*, com os parcos e incompletos resultados do estudo da restante parte do espólio.

Alguns pressupostos

A estação de Crasto de Palheiros deve a sua “personalidade” formal às construções arquitectónicas que historicamente a modelaram. A transformação de fundo, que alterou completamente a fisionomia primitiva da crista quartzítica, fundindo o espaço natural e o espaço construído, teve lugar no decurso do 3º mil. AC (Calcolítico). Na Idade do Ferro (séc. IVº AC)³, e após um abandono que se aproxima de 2 milénios, neste espaço, agora provavelmente já regressado ao estado selvagem pelas ruínas que supomos parcialmente cobertas de sedimentos e de vegetação, desenvolveu-se um povoado aparentemente aberto, i.e., não intencionalmente delimitado por barreiras físicas perenes. As transformações arquitectónicas duráveis deste período, que permaneceram até aos nossos dias (2 linhas de muralhas e parte periférica do talude exterior), somam-se, mas também se fundem arquitectónica e espacialmente, com as construções anteriores, numa teia ainda não totalmente aclarada.

Este aspecto é de particular importância pois impede-nos de traçar, tanto na ocupação do Calcolítico, como na da Idade do Ferro, um faseamento construtivo fino, generalizável a toda a estação, ou seja, uma história que dê conta da sequência de construção em ambas as grandes fases. Tal acontece porque as características e a disposição sequencial (vertical e horizontal) do registo arqueológico impossibilitam a destriça de factos arquitectónicos relativos a momentos temporais discretos.

Aquilo que vamos propor então para a estação do Crasto de Palheiros é um faseamento histórico e arquitectónico ainda muito grosseiro; um faseamento um pouco mais fino é também possível mas só se optarmos por uma metodologia que assuma provisoriamente as duas principais áreas escavadas do sítio — neste caso as 2 plataformas — como independentes. A articulação histórica entre ambas é assim uma interpretação ou interpretações que assumimos como mais prováveis.

O Crasto de Palheiros é um espaço construído demarcado exteriormente por imponentes barreiras físicas sobretudo artificiais, tanto no Calcolítico como na Idade do Ferro. Ainda que de modo provisório, e como mera base de comunicação simples com o leitor, urge atribuir uma ou mais classificações formais/funcionais a esta estação nos seus 2 grandes períodos independentes de ocupação. Uma nomeação ou nomeações definitivas serão o ponto de chegada das interpretações por ora adiadas.

Mas a nomeação não é tarefa simples pois esta problemática ancora-se nas posturas da Antropologia do espaço construído, i.e., no entendimento e uso — na interpretação — que as

² Mas os penedos ocupam uma porção que ronda os 30%.

³ Esta é a cronologia em que se inicia a ocupação da Idade do Ferro no Crasto de Palheiros.

comunidades directamente envolvidas fazem desse espaço. São então as práticas sociais que dão sentido ao espaço construído, estruturando o espaço-tempo em função de experiências individuais e colectivas (Barrett, 1994), marcadas por actividades de vária ordem. Estas actividades, rotineiras nuns casos, cíclicas ou pontuais, noutros, são sempre manifestações /re-criações da ordem cósmica que subjaz à comunidade como um todo. Uma estruturação e organização do espaço só se entende então na dupla contingência espaço-tempo. A arquitectura, sendo um meio extremamente eficaz de estruturar o espaço-tempo porque marca direcções, impõe barreiras, não tem, contudo, um sentido/funcionalidade unívoca (Pearson & Richards, 1994), não podendo assim ser formalmente interpretada de modo singelo. Vista em sequência temporal, pode albergar sistemas de actividades muito díspares, quer do ponto de vista da sua classificação funcionalista — moagem, preparação de alimentos, etc.—, quer de âmbito mais ritual— cerimónias de iniciação, recepção periódica ou cíclica de visitas estranhas ao povoado, preparação dos mortos para enterramento, etc.

Estas observações incidem em duas questões incontornáveis. A primeira é a de que a classificação dos espaços construídos, particularmente de modo imponente como é o Crasto de Palheiros, em ambas as suas grandes fases de ocupação, não admite facilmente denominações discretas, do género: “este é um povoado” porque aqui se desenvolvem actividades quotidianas, rotineiras; ou, “este é um monumento cerimonial” porque as actividades ditas domésticas não puderam ser cabalmente identificadas ou têm aqui uma expressão pouco clara. A segunda é a de que nenhum sítio construído pode ser entendido na ausência duma articulação estreita com o mundo exterior (ao sítio), ao qual se opõe, mas com o qual se funde também numa ordem social e simbólica (cosmológica). É no espaço exterior que se encontram os bens subsistenciais, os vizinhos, eventualmente os lugares dos antepassados e outros elementos pertinentes na ordem económica, social e simbólica, pelo que a classificação do espaço interior só pode fazer-se adequadamente na observância das relações com o que aparentemente está de fora.

Na Idade do Ferro parece ser pacífica a denominação do Crasto de Palheiros como *povoado*. De povoado alcandorado numa crista quartzítica dominando a paisagem em redor, mas aberto na sua origem e muralhado na sua fase terminal. Abundam no Norte de Portugal, Galiza e Meseta, as analogias de povoados deste período, comumente denominados de povoados fortificados ou muralhados, embora, com poucas excepções, os estudos arqueológicos mais antigos que os deram a conhecer não incidam *particularmente* na organização interna do espaço construído em articulação com a identificação e valorização social e simbólica das actividades subsistenciais ou outras que aí terão tido lugar⁴; mas a maioria das construções são assumidas aprioristicamente como “casas” (Fernández-Posse, 1998:76-79). Contudo, diversos estudos mais recentes tem precisamente em atenção este problema (Fernández-Posse & Sánchez Palência, 1997). Também A. Bettencourt (1999:1274) adianta que os povoados fixos do vale do Cávado “poderiam ter funcionado como centros habitacionais e cerimoniais de unidades socio-económicas mais alargadas onde se realizariam rituais com funções aglutinadoras de identidade e transmissores de uma

⁴ Decorrente, nas escavações modernas (porque exigem, pela sua metodologia, grandes investimentos), em grande medida do exíguo espaço escavado relativamente à área total dos povoados. O “urbanismo” é mais bem conhecido nos grandes e monumentais povoados pré-urbanos da fase mais tardia, onde se fizeram grandes escavações em área (Almeida, 1983); contudo, como a maioria foi escavada desde o início do século XX seguindo uma metodologia não preparada para responder a estas questões específicas— como sejam a da transformação do espaço ocupado, não somente por construções duráveis, mas também por aquelas de materiais mais perecíveis; ou a da relação entre áreas não demarcadas arquitectonicamente e aquelas cintadas por aterros, paliçadas, muros, etc., como elementos fundamentais de estruturação e compreensão dos cenários visuais e da sua classificação interna—, as conclusões, salvo alguns casos pontuais (Almeida, 1983), fixam-se, quando muito, na identificação de áreas funcionais como armazéns, corrais de gado, pátios, oficinas, etc. (Fernández-Posse, 1998).

estabilidade e coesão social inter-comunitária entre diferentes subcomunidades existentes num território considerado comum em termos espaciais e cognitivos.” Num daqueles povoados, S. Julião (Vila Verde), estudado por aquela arqueóloga, na transição da I. do Bronze para a I. do Ferro (fase Id) e apesar de muito destruído, admite-se uma ocupação efectiva da estação, que incluiria áreas habitacionais e rituais (Bettencourt, 1999:1187-88).

Para a presença /ausência de muralhas, taludes ou cercas, seus constituintes (madeira, barro, pedra) e configuração, o debate situa-se entre a identificação do momento cronológico em que aquelas estruturas se terão iniciado, ou transformado em duradoiras, dando origem ao “fenómeno da petrificação”, e o significado defensivo, social e simbólico que corporizariam (Almeida, 1983; Martins, 1996; Silva, 1986; Fernández-Posse, 1998; Bettencourt, 1999). Porém, nunca é posta em causa a denominação destes sítios como povoados, i. e., como espaços construídos onde vivem pessoas numa base residencial, e de cujas rotinas quotidianas a panóplia de vestígios dará conta.

Assumimos assim o Crasto de Palheiros como povoado aberto aquando da sua formação na Idade do Ferro, e de povoado muralhado na sua fase média-terminal. Isto independentemente do significado, polissémico e variável com o tempo, que as estruturas arquitectónicas e as actividades aí desenvolvidas tenham corporizado ao longo da sua vida como povoado, mas cujo estudo, em curso, procurará dar conta.

Já no Calcolítico a nomeação é mais difícil por duas ordens de razões. Em primeiro lugar devido ao desconhecimento efectivo das suas características formativas— que tipo de ocupação é aquela que marca a crista quartzítica na sua fase inicial de ocupação (?)—, e à deficiente caracterização arqueológica da sequência ocupacional da estação. Quer dizer, ao mesmo tempo que se procuram faseamentos construtivos que testemunham a transformação arquitectónica/espacial deste sítio, por si só indiciadora da necessidade de criação de barreiras e de percursos internos, urge uma identificação e valorização quantitativa e qualitativa das actividades presentes no registo arqueológico.

Em segundo lugar, faltam-nos as analogias específicas devido ao carácter pouco comum de estação, que se aproxima e afasta simultaneamente dos povoados conhecidos nesta região, e não encontra identificação estreita (só geral) com outros tipos de sítios que S. Jorge (1994;1999) (S. Jorge, *et al.*, 1998-1999) apelidou de “monumentalizados”, e cujo paradigma regional é sobretudo o Castelo Velho de Freixo de Numão .

Uma primeira análise, ainda que deficiente, da extensão quantitativa que as actividades conotadas com o foro doméstico parecem ter tido no momento inicial da ocupação calcolítica, sugere-nos um povoado já provavelmente demarcado por arquitecturas periféricas, mas paulatinamente engrandecido no decurso da sua utilização. Podemos assumir então tratar-se de um povoado monumentalizado, independentemente do carácter excepcional que terão assumido certas actividades sociais, realizadas em determinados períodos ou épocas específicas, e que terão envolvido todo o espaço considerado ou somente parte dele.

Contudo, no seu momento terminal, a escavação sugere ter o Crasto sido drasticamente reduzido no seu espaço habitacional, pelo que se supõe uma utilização mais de âmbito cerimonial.

Optamos assim por apelidar o Crasto de Palheiros de *povoado-monumento*, salvaguardando desde logo quer as funções ditas domésticas que exhibe, quer o significado identitário/cerimonial que, embora estando presente durante todo o seu período de vigência, assume um carácter claramente dominante no seu “momento” terminal.

A. Crasto: localização e características actuais mais pertinentes

Localização

O Crasto, também conhecido localmente por *Fragas do Crasto*, localiza-se na freguesia de Palheiros, concelho de Murça e distrito de Vila Real (província de Trás-os-Montes e Alto Douro). Tem como coordenadas geográficas: Latitude - 41° 24' 9" N; Longitude - 7° 22' 45" W e 590 metros de altitude absoluta (C.M.P., 1:25 000, folha 89) (Figs. 1 e 2).

Situa-se a SW da aldeia de Palheiros, a partir da qual é mais fácil o acesso, mas é equidistante das 3 das aldeias que o circundam: Varges, Monfreses e Palheiros. Ocupa uma crista quartzítica claramente “agressiva” pela localização topográfica dominante na paisagem periférica, e pela configuração particular da arriba que desenha uma forma trapezoidal, esquelética mas imponente (Figs. 3 e 4). Esta forma sobreeleva-se de modo muito visível no eixo duma alongada dobra anticlinal, orientada de NW a SE, e a erosão diferencial dos flancos da crista, assimétricos, determina configurações distintas consoante os ângulos de observação. Do lado Sul e SSW a escarpa é abrupta, caindo a pique numa altura que se aproxima dos 40 metros (Figs. 4, 2 e 1) sobre o vale encaixado da Rib^a de Vale da Ria, afluente do rio Tinhela; no flanco oposto, também ocupado por um curso de água (que conduz à Rib^a de Aila), o pendor não é tão marcado, e a disposição das rochas, em escada, proporcionaram uma fácil adequação das estruturas construídas à topografia . Assim, consoante os ângulos de observação, e apesar do carácter sempre destacado da crista central, obtém-se uma imagem mais agressiva, mais selvagem, se observada da parte sul da Serra da Padrela (planalto de Jales), e dos planaltos de Pópulo- Alijó e Carrazeda de Ansiães—situados a noroeste, oeste e sul, respectivamente (Fig. 14) — , e mais “comum” a partir das terras da bacia de Mirandela, e particularmente da Serra de Passos/Sta Comba e Garraia, i.e., de norte, nordeste e leste (Fig. 13). Nesta última seriam as estruturas arquitectónicas, que desde a ocupação calcolítica deram nova configuração à crista, aquelas que durante os períodos de ocupação pré e proto-histórica, marcariam irrefutavelmente a observação (Fig. 16).

Ocupa o extremo sudoeste da bacia de Mirandela, ou região natural do Tua, na transição para uma região de relevo mais vigoroso, marcado pelas formas graníticas da Padrela e Alijó, mas a topografia local confere-lhe um clima que propicia cultivos de tipo mediterrânico, e neste caso objecto de classificação como região demarcada do Vinho do Porto.

Antecedentes e circunstâncias do início do estudo arqueológico do Crasto.

No final dos anos 80, após o alargamento do estradão que liga a aldeia de Palheiros ao lugar do Crasto, iniciaram-se as mais drásticas destruições desta imponente estação. Se até aí as destruições paulatinas seguiam ao ritmo das práticas agro-pastoris feitas por métodos tradicionais, aliás paulatinamente abandonadas no decurso dos anos 70 e 80, no final desta última década o acesso facilitado a máquinas pesadas transformou o Crasto num local onde as gentes das redondezas iam buscar camiões e tractores de pedras. Nesta altura foi assim destruída toda a parte mais acessível— a parte noroeste—, onde, da muralha e talude pétreo original, já só resta um caos de escombros de pequenas pedras (Fig. 3). Como subsistissem de modo muito visível taludes mais no interior do sítio, e com óptima pedra, foi rasgado um novo estradão pelo interior da estação acima, o que derrubou e destruiu construções de que já nem sequer se vislumbra a forma primitiva (Fig. 2 ; Fig. 3: perfil A-B).

Esta acção de destruição foi travada pela denúncia de vandalismo feita pelo Doutor Francisco de Sande Lemos (Universidade do Minho) e a Junta de Freguesia de Palheiros não mais permitiu remoções desta natureza.

Contudo, e apesar da enorme extensão da estação, estas destruições da plataforma inferior na zona da actual “entrada” Noroeste e da zona Nordeste da mesma plataforma, somadas àquelas decorrentes da agricultura e subsequente desmoronamento das estruturas pétreas, transformaram este sítio num local difícil de entender sem intervenção arqueológica.

Desenvolvíamos estudos arqueológicos na região quando, em Julho de 1993, ocorreu um incêndio no Crasto. Limpa agora de mato, mas mantendo ainda quase todas as árvores de grande porte (sobretudo carrascos), a estação exibia então extensas estruturas arquitectónicas, mas difíceis de entender principalmente devido à dimensão das destruições. Das mais antigas, decorrentes do aproveitamento agrícola e pastoril do sítio, permaneciam (e permanecem ainda) muros e socalcos que se ajustam e imbricam nas construções pétreas pré e proto-históricas, criando um conjunto arquitectónico confuso e impossível de avaliar devidamente na ausência de escavações. As destruições recentes chocam pelo volume de remoções e pelo impacto que um sítio provisoriamente transformado em pedra inexistente cria.

As escavações iniciaram-se em Setembro de 1995, estando ainda em curso, o que perfaz 6 campanhas; prolongar-se-ão pelo menos até 2003⁵.

O Crasto encontra-se em processo de classificação no IPPAR desde 2 de Junho de 1997, altura em que conseguimos deslindar as questões de propriedade dos terrenos que o Crasto ocupa e que se concluiu serem baldios.

Curta descrição genérica da estação e metodologia adoptada

A crista quartzítica e a estação encontram-se de tal modo fundidos arquitectonicamente que obrigam a uma descrição conjunta.

Alonga-se no sentido noroeste-sudeste (o mesmo do eixo da anticlinal), sendo marcada por uma arribada rochosa que cai a pique, numa altura de cerca de 40 metros, do lado sul, voltada ao declivoso vale da Rib^a de Vale da Ria. É nesta diferença de cota entre o topo da arribada—590 m— e a sua base— 550 m—, que, fora desta, se vão delinear, em patamares, todas as construções de que daremos conta (Fig. 3).

Demarca-se então no topo (590-570 m) uma plataforma superior de forma subcircular, criada grandemente por um potente talude pétreo que se desenha em rampa mais ou menos inclinada e que liga, em arco, ambos os extremos da parte mais imponente da arribada. Seguindo o contorno superior deste talude, que a escavação mostrou ser de criação “calcolítica”, existem vestígios de uma muralha, que cremos ser exclusivamente da Idade do Ferro, com uma imponente entrada a poente. Esta plataforma superior foi denominada de *Unidade Interna* (UI) por oposição a uma outra plataforma, mais regular nuns sítios e mais acidentada noutros, que circunda esta a uma cota claramente inferior (565-560 m). Esta plataforma inferior foi denominada de *Unidade Externa* (UE) e, ao contrário da primeira, que deve grandemente a sua configuração na metade oeste aos afloramentos, foi sobretudo criada por um potentíssimo talude pétreo que demarca totalmente o morro pelo exterior, unindo de um extremo ao outro os flancos da arribada sul, e seguindo aproximadamente a cota da base dessa arribada (550-555 metros). Este extenso talude, no topo de qual se erguerá mais tarde a muralha exterior (esta da I. do Ferro), não tem um plano regular, pois procura estabelecer a união entre os penedos mais destacados da periferia, mas circunscreve o espaço construído, conferindo-lhe um desenho irregular, de tendência exagonal.

⁵ Os trabalhos arqueológicos contaram com o apoio financeiro do IPPAR (1995, 1996 e 1997); da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1995), e com o apoio logístico da Câmara Municipal de Murça (todas as campanhas). Desde 1998 o projecto de Estudo arqueológico do Crasto de Palheiros inclui-se num projecto de investigação aprovado e financiado pelo IPA, denominado: Levantamento Arqueológico de Murça e área adjacente à Rib^a de Lila. Estudo, conservação e valorização dos seus monumentos e sítios.

Deste modo, a *Unidade Externa* (UE) inclui a plataforma ou patamar inferior da estação, a muralha e o talude pétreo que a delimitam (Figs. 3, 4 e 16).

A escavação incidiu no topo sudeste do monte, abrangendo ambas as plataformas pois pretendia-se traçar o *diagnóstico ocupacional* da estação numa área que, embora bastante destruída, permitiria um melhor entendimento da adequação das estruturas construídas aos rochedos da arriba; por outro lado, não sendo desse lado visível o talude interior —TI— nem qualquer construção aparentemente antiga do lado onde deveria figurar o talude exterior sul —TS— (mas somente muros e socalcos agrícolas), a escavação esclareceria quais as razões destas ausências.

Assim, e apesar desta distinção metodológica entre Unidade Interna e Unidade Interna, a marcação da escavação na encosta sudeste do monte, porque apoiada por um topógrafo, fez-se como se de um espaço contínuo se tratasse. No eixo W-E (abscissas) os quadrados de 2 m de lado são indicados por letras de A a Z, continuando de seguida de A' a N'; no eixo S-N, por números. Esta é a área à qual nos referiremos predominantemente nesta publicação⁶ (Fig. 3).

O registo estratigráfico começou a ser feito, em 1995, utilizando o termo *camada*, numerada em árabe (0, 1, 2, 3, etc.). Mas a complexidade dos estratos e das estruturas, aliada à falta de continuidade real entre a estratigrafia da Unidade Interna e a da Unidade Externa — quer dizer a sequência interrompe-se em zonas de afloramento—, e à desarticulação estratigráfica da extensa plataforma exterior— intensamente ocupada e alvo de destruições, desiguais, antigas e recentes—, rapidamente teve de ser complementado em 1996, com a designação de *complexo*: Lx. Um complexo, indicado sempre por um número árabe, refere-se tanto a uma *unidade estratigráfica* individualizável, como a uma *estrutura em positivo ou em negativo*. Nos casos em que foi possível manter, do ponto de vista interpretativo, a designação inicial da camada — por ex. a c. da UI ou c.2 da UE —, os diferentes complexos —Lx— referem-se a unidades estratigráficas menores contidos naquela (lenticulas de argila ou de areão, pisos queimados, etc.), ou a estruturas (buracos de poste, fossas, lareiras, etc.). Noutros casos, abandonou-se completamente a designação de camada, ficando o complexo como a única referência estratigráfica. Trata-se de um método de registo que, no caso presente, se tornou muito útil porque permitiu *um registo sistemático de pormenor*, sendo que a interpretação da sincronia/diacronia das diferentes unidades em análise e dos vestígios diversos que aquelas integram, pode ser feita posteriormente de um modo muito mais fácil e rigoroso.

D. Sequências estratigráficas, estruturas construídas e faseamento

UNIDADE INTERNA (UI) (Figs. 5 e 6)

A Unidade Interna inclui as quadrículas A-L/1-15, sendo a seguinte a sequência estratigráfica, que descreveremos de forma sintética. Da base rochosa para o topo, temos o que se segue.

A *camada 3*, que se conservou vestigialmente entre o solo geológico de base numas áreas, ou a rocha de base, noutras, e o talude pétreo Interno —TI— que se lhe sobrepõe. Possuía raros materiais arqueológicos (cerâmica, percutores, alisadores, moventes) (Barbosa, 1999; Gomes, 2000-2001) e só foi identificada sob o talude, em duas áreas muito restritas.

Sobrepõe-se-lhe então o talude—TI—, feito sobretudo de pedra seca, mas inclui alguma terra argilosa, utilizada, cremos, como consolidante. Contudo, aqui os sedimentos têm um papel

⁶ Contudo, em 1999, quando pretendemos abrir novas áreas de escavação ao longo da parte central da plataforma superior, a marcação do quadrículado seguiu a mesma orientação, mas a ausência de um aparelho topográfico adequado impediu a sua inserção na mesma rede do anterior.

menor pois a clara imbricação das lajes (por vezes de grande tamanho), e a disposição estrutural destas—em arcos descentrados —, representa uma solução construtiva que daria grande solidez à construção porque permitia equilibrar a pressão exercida pela potente massa pétreo na encosta rochosa e muito declivosa. *Esta descrição sucinta não dá conta das soluções de pormenor encontradas em cada ponto do talude e esta observação abrange todos os restantes taludes do povoado-monumento.* Por ex., na união dos dois afloramentos principais (P) (Fig. 5), onde a pressão mais se exercia, os arcos desenham-se em sentido contrário ao dos restantes; nas zonas onde o desnível do afloramento de base é maior, as pedras são dispostas na vertical (onde fazem travejamentos), fazendo uso, por vezes, de grandes “penedos”, ou inclinam-se no sentido oposto ao do pendor da encosta; noutros, é somente a encosta que é consolidada, pela *disposição das lajes em escama*. Esta última solução é usada *de modo isolado* — directamente sobre o afloramento, quando o espaço a preencher é menor —, ou *complementar*, sobre a anterior massa pétreo. Tal confere ao talude o aspecto *de rampa pétreo*, mais ou menos inclinada. Nalguns casos foi ainda *entalhado o afloramento* de modo a criar um melhor alicerce às estruturas pétreas a construir (Fig. 5). Nalguns pontos do interior do talude existem sedimentos negros, com muito carvão (mas arqueologicamente estéreis), o que faz supor ritualizações envolvendo fogo no decurso da construção. Neste talude interno foram exumados sobretudo percutores e outros (poucos) instrumentos de rocha (moinhos-dormentes e alisadores), provavelmente quando já desactivados.

Este talude interno serviria ainda como anteparo ou barreira para as construções que se desenvolveriam no interior, ou plataforma superior. É aqui que o registo estratigráfico é menos claro pelo seguinte. No espaço interior do TI, ou espaço demarcado por este na plataforma superior, desenvolve-se uma camada— a camada 2—, que se *interrompe*, ou é *sustida* nos quadrados F, alongando-se posteriormente pela plataforma superior adentro. Pela sequência estratigráfica, ficámos sem saber exactamente se esta camada 2 corresponderia a uma ocupação anterior ao talude interno, tendo sido cortada por aquele aquando da construção (e neste caso eventualmente correlacionável com a camada 3), ou se, pelo contrário, o talude terá tido desde logo a função de suste os sedimentos onde se terá dado a ocupação patente na camada 2. Esta camada 2 não inseria qualquer estrutura a não ser uma mancha de terra negra em F12, que poderia ser uma zona de fogo ou lareira pontual, mas que não continha carvões. Incluía, contudo, materiais arqueológicos calcolíticos (bastante cerâmica, moinhos-moventes, percutores, alisadores, enxó, etc.) (Barbosa, 1999). Posteriormente foi construído um Aterro—A—, que, nuns casos cortou parcialmente a camada 2 e, noutros, eliminou-a completamente. Era formado por uma mescla de materiais arqueológicos e sedimentos argilosos. Este Aterro foi por sua vez sustido no seu exterior por um novo arco pétreo (que denominámos de Alinhamento 0) (Fig. 5), e que corresponde ao alteamento do Talude Interno. Em conjunto, o Aterro, o Alinhamento 0 e ainda as estruturas pétreas que consolidaram a encosta sul na ligação entre dois penedos, e que também se desenham em rampa, criaram nesta plataforma superior uma área propícia à ocupação onde se desenvolveu a camada 1. Esta camada exhibe variadas estruturas habitacionais: estruturas rodeadas de pedras fincadas (de configuração sublosângica ou sub-rectangular) (Fig. 17), buracos de poste, lareira, pisos de argila cobertos ou não por manchas de terra queimada, etc. Num momento posterior, e sobretudo do lado sul (C9, D/E/F-9/10) (Fig. 5), estes vestígios da ocupação foram intencionalmente cobertos por uma espessa e imbricada couraça de pedras (ou *empedrado*) precedida dum nível contínuo de argila vermelha, o que retraiu o espaço dito habitacional. Este *Empedrado* consiste na ampliação quer da pequena rampa sul, quer do talude. Sendo assim, é provável que

a ocupação calcolítica tenha continuado nesta área (mas o estudo da cerâmica não confirma esta hipótese). De qualquer modo, admitimos desde logo uma alteração das funções deste espaço.

Fora da zona não empedrada, i.e., fora da *área selada*, a camada 1 permaneceu desprotegida, e portanto sujeita tanto a ocupações posteriores, como a “deslizar” pela encosta abaixo, tal como aconteceu após o abandono. Esta última área, que denominámos de *área aberta*, pode ter continuado a ser utilizada nas suas estruturas habitacionais, como indicamos atrás, mas nem a estrutura sedimentar da camada 1, nem o espólio exumado (Barbosa 1999; 2000), dão conta dessa eventual continuidade ou descontinuidade. Admitimos, porém, que nesta *área aberta* só se tenham preservado as estruturas habitacionais mais fundas, mais protegidas pelo talude e empedrado, pois a camada aqui tem uma espessura claramente inferior à da *área selada*. Sujeita à erosão, particularmente no período que decorreu entre a ocupação Calcolítica e a da Idade do Ferro, terá sido decapitada no seu topo, tendo posteriormente integrado materiais (e sedimentos) de escorrimento da plataforma superior quando esta foi ocupada na Idade do Ferro. Será este escorrimento, aliado à percolação de águas, ou mesmo uma possível ocupação posterior que não terá deixado vestígios, que responsabilizamos pela “contaminação” das amostras de C14 (CSIC 1319; 1217 e 1281- Quadro 2) cujos resultados se apresentam anómalos para qualquer dos períodos de ocupação em causa (ver Quadro 2). Na *área selada* merecem destaque as estruturas e o espólio que foram cuidadosamente escondidos pelo empedrado/couraça. Além dos sedimentos da camada, que incluem material arqueológico variado e basicamente similar ao da *área aberta* (Barbosa, 1999), ainda que muito melhor conservados, foi tapada uma pequena estrutura sublosângica (Lx. 20.2) definida por pedras fincadas, estéril de espólio no seu interior, e que esteve em funcionamento durante o período mais recente da utilização desta área (Fig. 17). Ao lado desta jazia um vasinho inteiro, integrado numa massa de argila amarelo vivo, uniforme, e um pouco mais distante (a 1 c. de 1m) uma pequena laje de xisto com covinhas. Manchas de terra queimada (Lx. 20.1), que subjaziam a Lx.20.2 (mas que se estendiam até ao penedo situado a sul), e de que foram retiradas amostras para análise pelo C14, forneceram uma data (CSIC 1280: 4087±34 BP) que marca o momento imediatamente anterior ao selamento da camada 1 nesta área.

Como este trabalho não pode, por razões de espaço, desenvolver a descrição do espólio, adiantamos que é na camada 1 que, tanto na *área aberta* como na *selada*, foram exumados 60 fragmentos de cerâmica campaniforme, sobretudo do complexo marítimo (e somente um do complexo Ciempozuelos), mas também lisos, pertencentes a 19 recipientes diferentes mas dos quais só foi possível reconstituir 14 formas (Barbosa, 1999) (Fig. 10). Apesar da enorme área escavada na UE, estes são os únicos recipientes não comuns a ambas as áreas do povoado-monumento. Porém, numa nova sondagem aberta em 1999 no extremo norte da plataforma superior, junto do talude interno, exumaram-se logo recipientes campaniformes deste tipo. Tal ocorrência permite-nos avançar a hipótese de que existe uma segregação espacial no povoado-monumento para este tipo de cerâmicas, cuja utilização só tem lugar na plataforma mais soerguida.

O faseamento anterior e aquele que agora propomos para a Unidade Interna

Com base nos resultados acima propusemos, em anteriores textos (publicados ou não) (Sanches, 1997a; 1997b) um faseamento para a estação em 3 etapas principais, ou fases: I, II e III. Esse faseamento merece um comentário pois que a proposta actual, mas acima de tudo, os pressupostos teórico-metodológicos em que se baseia, vêm alterar, nuns casos, ou precisar melhor, noutros, aquela interpretação inicial.

Crasto I— correspondia à ocupação prévia à construção do TI e, por extensão à

monumentalização da encosta e mesmo do próprio monte. Seria documentada pela camada 3 e possivelmente também pela camada 2.

Crasto II— materializava a construção calcolítica monumental, patente nas construções pétreas: Talude Interno, Empedrado e camada 1. Esta ocupação teria sido posteriormente dividida em duas subfases— II-1 e II-2— em atenção à sequência estratigráfica então conhecida na Unidade Externa: II-1 para uma fase doméstica, extensa, mas sem estruturas pétreas (porque ainda não detectadas até então, e relacionável possivelmente com a camada 2 da UI), e a cam. 2 a da UE; II-2—fase em que teriam sido construídas todas as estruturas pétreas que deram nova configuração ao monte, patente nos taludes, no Empedrado da UE e na camada 1 da UI. Num terceiro momento desta fase, eventualmente II-3, ter-se-ia dado a retracção do espaço habitacional na plataforma superior através do selamento pétreo de uma área que continha estruturas habitacionais.

Crasto III— ocupação da Idade do Ferro, então só detectada na Unidade Externa.

A interpretação que agora propomos será mais bem compreendida após a exposição das sequências da Unidade Externa, pois que foram estas que, estando mais bem conservadas, e tendo sido escavadas numa área mais de 4 vezes superior à da UI, sugerem um faseamento diferente.

Adiantamos desde logo que neste caso é metodologicamente errada a criação de subfases cronológico-culturais ou mesmo construtivas discretas se generalizáveis a todas as áreas do povoado-monumento calcolítico, assim como ao povoado da Idade do Ferro, tal como indicámos no início do texto. Isto devido a 2 ordens de razões. Razões inerentes à disposição do registo arqueológico que, por motivos de grande descontinuidade topográfica, estratigráfica, de reformulação “contínua” das construções pétreas deficientemente traduzidas no registo, e ainda de destruições intercalares, intencionais ou naturais, impedem a correlação sincrónica exigida para o entendimento deste tipo de estações tão extensas e tão intensamente ocupadas. Na melhor das situações, aquilo a que é possível aceder é à *contemporaneidade arqueológica genérica*, podendo então ser legítimo falar de grandes fases de ocupação, contidas em períodos cronológicos mais ou menos alargados consoante as situações. Mas não são somente as condições de leitura do registo que determinam uma interpretação ainda deficiente. É sobretudo o desconhecimento do funcionamento específico do sítio, i.e., das condições e razões da sua criação por comunidades pretéritas, assim como da sua transformação arquitectónica/espacial e suas motivações (económico-subsistenciais e político/religiosas) que condicionam o entendimento da “evolução” do Crasto.

Contudo, estas condições de leitura interpretativa não nos podem impedir, antes exigem, que vamos traçando o percurso da estação à medida que a escavação e restantes registos prosseguem, mas sempre no respeito absoluto pelas regras metodológicas aceites pela disciplina e na explicitação das condições de análise e de articulação mútua da documentação arqueológica.

Relativamente à interpretação da Unidade Interna devemos então fazer novos comentários

A camada 3, vestigial, tanto pode testemunhar uma ocupação efectiva prévia à construção do TI, ou mesmo ao início da monumentalização do monte, como à implantação de estruturas habitacionais de apoio à comunidade durante o período necessário à construção das estruturas arquitectónicas noutras zonas da estação. A fraca quantidade de vestígios arqueológicos nesta camada não ajuda a precisar a questão, embora as decorações das cerâmicas exumadas — que

são consideradas regionalmente mais arcaicas do que as das camadas seguintes—, apelam mais a uma ocupação mais antiga. Sendo assim, mantemos *provisoriamente* a hipótese de que o monte do Crasto tenha tido uma ocupação prévia à construção das estruturas arquitectónicas que posteriormente o transformaram física e conceptualmente. Esta ocupação—*Crasto I*—, poderia ter afectado também o monte adjacente, a leste, onde, à superfície, aparecem algumas cerâmicas com decorações similares às da camada 3 (Fig. 4). No entanto, cremos que a erosão não permite aqui a realização de sondagens susceptíveis de validar esta hipótese.

A camada 2 tanto pode ser prévia à construção do talude interno, como ter-se precisamente articulado, ou depender mesmo, da prévia construção daquele. Na primeira hipótese, corresponderia a uma ocupação que tanto poderia ter sido anterior à monumentalização do monte— e neste caso inserir-se-ia na 1ª fase (*Crasto I*)—, como somente à da petrificação desta encosta. Neste último caso faria então parte da ocupação em curso no povoado, mas quando esta área específica ainda não havia sido afectada por construções. Nesta hipótese inserir-se-ia na 2ª grande fase— *Crasto II*.

Na 2ª hipótese (que também a insere em *Crasto II*), a c. 2 documentaria a ocupação da plataforma superior, estando esta já delimitada e sustida por estruturas pétreas.

Por ora, inclinamo-nos a atribuí-la à fase II devido à semelhança aparente das decorações das suas cerâmicas com aquelas do início da ocupação doméstica da Unidade externa (ver exposição seguinte sobre a Unidade Externa). Permanece, mesmo assim, a dúvida relativa à sua inserção num momento construtivo específico.

Por sua vez, no Talude Interno/Empedrado também se registam 2 ou 3 momentos de construção. No primeiro é regularizada e sustida a encosta na vertente leste e, em simultâneo, são semi-rampeadas as vertentes superiores da encosta declivosa sul, entre dois penedos (em E/F-8/9). (A ocupação da camada 2 poderia marcar desde cedo este espaço construído.) Num possível segundo momento o talude terá sido ampliado em altura, “cerrando” e sustendo pelo exterior, através do Alinhamento 0, o Aterro. Tal criaria as condições de intensa ocupação patente na camada 1. Num terceiro, o Empedrado estende-se parcialmente por sobre a camada 1, sobretudo do lado sul, o que determinará a retracção do espaço não coberto por pedras nesta pequena plataforma, afinal também delimitada lateralmente por altos penedos. É possível que neste momento toda a área doméstica tenha sido “desactivada” das suas funções anteriores, embora no registo arqueológico somente uma pequena área esteja selada; sobre a restante existia uma fina camada de solo humoso (corte 1, Fig. 6).

Deste modo, tanto o Talude interno como a camada 1 são inseríveis na fase II— *Crasto II*, embora não possamos por ora propor subfases discretas.

UNIDADE EXTERNA (Figs. 7, 8 e 9)

A Unidade Externa—UE— inclui as quadrículas que se desenvolvem no espaço compreendido entre o talude interno—TI—, e a periferia exterior do talude externo (que não figura ainda em nenhuma das plantas deste texto porque a escavação está aí muito incompleta — ver Fig. 3).

A descrição estratigráfica do corte 2 (Fig. 7) e do corte 3 (Fig. 9) permitem fazer um diagnóstico sintético desta área da estação.

No corte 2, o complexo 134 (Lx.134), formado por sedimentos muito negros e uniformes, mas arqueologicamente estéril, pode corresponder, localizadamente, a um nível fundacional do talude externo, onde tenha sido usado abundantemente o fogo. Segue-se o talude, que denominamos de Talude exterior 1 —TE 1—, de A' a F' (15-16), por oposição ao Talude Exterior 2—TE 2—, de G' a N' (15-16). Cremos que este TE 2 (ou, pelo menos, a sua parte exterior), adjacente ao TE1,

possa ter sido fundado somente na Idade do Ferro.

O TE1 assenta predominantemente na rocha de base e tem uma estrutura construtiva similar ao do TI (já descrito atrás), mas utiliza blocos de dimensões muito grandes na hora de dar origem a uma verdadeira plataforma sub-horizontal onde se desenrolará a intensa ocupação de tipo doméstico mais antiga que foi detectada nesta área e que corresponde basicamente à camada 2b. Tal como o talude interno insere, localizadamente, zonas com sedimentos negros, com carvão, mas arqueologicamente estéreis (indicados no corte 2 por Lx. 110/116), que supomos estarem relacionados com actos construtivos ritualizados. Deste modo, *é numa fase já calcolítica que se desenvolve a ocupação da plataforma inferior, mas precedida de taludes pétreos que lhe definem o perímetro exterior*—o TE1, a leste, presente neste corte 2, e o talude sul—TS (Figs. 5 e 7). Esta ocupação, materializada arqueologicamente na camada 2b (e complexos associados), inclui, a vários níveis topográficos, e em sequência vertical, diferentes estruturas habitacionais (muitas vezes reformuladas) e de que a planta da fig. 8 dá conta no seu momento terminal (ver também o corte 3, na Fig. 9, onde se representam algumas dessas estruturas). As observações em toda a plataforma inferior condizem com esta interpretação. Quer dizer, a ocupação desta plataforma foi precedida da sua delimitação por taludes e/ou por rampas, tanto na parte leste—TE1—, como na parte sul—talude Sul (Figs. 8 e 5).

Um nível de argila vermelha, uniforme—visível no corte 2 (em X-Z16/A' 16)—, precede em muitas áreas o empedramento posterior, tal como aconteceu na UI. Este *Empedrado* ou *couraaça pétreo*, contínuo numas áreas e mais descontínuo noutras, que denominámos de c. 2a, foi registado em todas as áreas (se escavadas até aos níveis calcolíticos) onde as estruturas posteriores da I. do Ferro o não destruíram. Em todas as áreas o *Empedrado* tem origem na ampliação dos taludes—TE1 e TS. Este é o “momento” do empedramento, ou seja, da máxima monumentalização na UE, conseguida pelo alteamento dos taludes, que curvam em ângulo quase recto por sobre as plataformas pré-existentes, e se estendem, senão por todas as áreas livres da plataforma inferior, pelo menos pelo canto sudeste (aquele escavado), ganhando uma dimensão física e visual tal que transformam esta área do povoado numa gigantesca construção pétreo (Fig. 15 e 16). Esta é então formada por um potente talude periférico que se prolonga, em lajeado (ou couraaça mais ou menos espessa) por sobre a plataforma, unindo-o à base do talude interno.

Todas as estruturas e estratigrafia atrás descritas podem inserir-se na fase II que, desde o início, temos atribuído à monumentalização pétreo. Contudo, o que é um dado novo relativamente a interpretações anteriores, é o de *que a ocupação com características domésticas, patente na camada 2b e seus complexos, faz corpo, desde o início, com os taludes periféricos, numa unidade arquitectónica indissociável*. Assim, a ocupação do sítio com estruturas habitacionais terá sido precedida da demarcação, pelo menos externa, do espaço a ocupar posteriormente. Por ora ainda não podemos saber com segurança absoluta se esta *demarcação inicial obedeceu a um plano prévio*, quer dizer, se corresponderá à materialização duma ideia pré-concebida e materializada na fase inicial de todo o povoado-monumento. Cremos, porém, que este programa da criação de uma barreira física em torno da base da crista quartzítica, porque sugerida até pela topografia, corresponde a uma ideia de conjunto bastante simples, *pelo que podemos assumir provisoriamente a existência de um plano prévio simples, de marcação de um espaço natural (?), mas posteriormente desenvolvido em várias vertentes*.

Nesta ocupação calcolítica—Crasto II—, podemos ainda assumir uma fase inicial—II-1—, que corresponderia *ao início da ocupação doméstica* da plataforma inferior, estando o monte já rodeado por um potente talude periférico. Contudo, e relativamente ao subsequente desenvolvimento arquitectónico deste povoado-monumento, não podemos propor mais nenhuma subfase

discreta. Mesmo que seja confortável aceitar *uma fase terminal* onde o todo o monte estaria coberto de estruturas arquitectónicas pétreas muito complexas, que temos denominado de Crasto II-2, entre o início e o final decorreram muitas acções construtivas e, por certo, reformulações de espaços, ambos difíceis de caracterizar de modo simples. Além disso, este subfaseamento, ainda que genérico, *terá sobretudo um sentido construtivo e menos um sentido cronológico*. As construções arquitectónicas internas podem ter-se criado, ampliado e/ou transformado paulatinamente numa área do Crasto, enquanto noutras pode ter permanecido o mesmo esquema de ocupação, doméstica ou não.

Esta é a observação que está mais de acordo com as conclusões do trabalho de Isidro Gomes (2000-2001) sobre o espólio lítico, e também com o de Isabel Amorim (1999) relativo ao material cerâmico.

Se os percutores dominam o material lítico (pois representam 48% do total deste tipo de espólio), uma larga percentagem (se não a maioria na UI), foram exumados nas camadas de ocupação “doméstica”— c. 1 e 2 da UI e c. 2b da UE, mais os complexos que com aquelas se relacionam. Tal não se refere somente aos percutores de pequena e média dimensão (com pesos até 700 gr), mas também aos grandes (> 700 gr), o que faz supor estarem estruturas pétreas em construção no decurso da utilização destas últimas áreas que possuem diversas estruturas habitacionais.

Relativamente ao material cerâmico, a grande quantidade exumada no *Empedrado* (c. 2a) e aí incorporada (aparentemente) como material de construção, pode reflectir atitudes ora de âmbito mais funcional, ora mais ritual/cerimonial. No primeiro caso estaríamos perante o aproveitamento, para construção dos sedimentos de outras áreas habitadas que, naturalmente, integrariam espólio variado (cerâmica, utensílios líticos variados e mesmo ossos de animais); no segundo, é de admitir que a inclusão intencional de artefactos que, mesmo que fossem de uso aparentemente doméstico, estariam simultaneamente carregados de outros significados, tornando-se operativos na hora de transformar a fisionomia e o sentido do sítio. Contudo, *a presença muito mais significativa no Empedrado do que na camada habitacional (2b)*, de recipientes de grandes dimensões, tanto globulares (que atingem 28 litros) —e que são conotáveis com o armazenamento—, como de taças (que chegam aos 10 litros)—, relacionáveis com o consumo colectivo, ou com a preparação de alimentos específicos—, permite colocar a hipótese de estes recipientes poderem estar ainda em utilização noutras áreas do povoado-monumento (Amorim, 1999:104). Outros recipientes de fabrico muito cuidado, carenados (de tipo 8— Fig. 11) e com decoração geométrica incisa, segundo um modelo altamente padronizado, têm também aqui a sua maior incidência, o que pode denunciar já deposições mais ritualizadas. No entanto, também se admite a sua utilização em curso noutras áreas ou instâncias funcionais/cerimoniais do povoado-monumento.

Assim sendo, a atribuição de todos os materiais arqueológicos exumados nos Empedrados e nas ampliações dos taludes a uma mesma subfase— neste caso Crasto II-2— (Gomes, 2000-2001) corresponde a uma necessidade metodológica de enquadramento construtivo, mas não significa que sejam atribuídos a um mesmo momento cronológico-cultural.

Os cortes estratigráficos 2 e 3 dão conta da subsequente ocupação datada da Idade do Ferro.

Nuns locais, esta ocupação assenta directamente nas estruturas pétreas calcolíticas (particularmente no *Empedrado*); aí foram utilizadas, sem grandes distúrbios, as pedras do lajeado pré-existente sobretudo no escoramento de buracos de poste. Nestes locais torna-se difícil, ou mesmo impossível, separar o espólio de ambas as ocupações pois que os materiais jazem lado a

lado em sedimentos aparentemente homogéneos (Amorim, 1999). Noutros casos, procedeu-se à preparação do solo do habitat mediante a colocação de um nível contínuo de sedimentos arenosos e argilosos, estéreis, de cor beije, e com muito cascalho fino— Lx. 70—, tal como se observa nos cortes 2 e 3 (Fig. 7 e 9). Noutros ainda, a ocupação deu-se após a remoção total ou parcial do *Empedrado* Calcólítico, (tal como se observa na planta da Fig. 5). A implantação fez-se então directamente após aquela remoção, ou após a deposição do referido nível de cascalho arqueologicamente estéril, tal como se documenta no corte 2 (Fig.7).

Esta ocupação, que inclui restritos pisos de argila simples ou pré-lajeados, estruturas pétreas em arco (possíveis anteparos de unidades habitacionais), e zonas de combustão ou mesmo lareiras estruturadas, traduz-se num estrato de terra cinzenta, não uniforme, com manchas mais negras, descontínuas, mas pouco espessas. Foi denominado de Lx. 87 na área dos cortes 2 e 3, e corresponde então ao *primeiro solo do habitat da Idade do Ferro*. Contudo, esta camada só foi detectada na parte mais plana da plataforma inferior.

A sequência que de seguida expomos refere-se a uma área ainda mais restrita que a anterior, sendo de considerar como *sequência localizada*. Com efeito, após o início da ocupação da plataforma, patente em Lx. 87, a estratigrafia variará (segundo a nossa interpretação) de acordo com a diversidade das estruturas habitacionais criadas e com a reformulação contínua do espaço habitacional (de que decorrem micro-estratigrafias complexas mas muito localizadas). Após esta ocupação, traduzível aqui no Lx. 87 (mas que toma outras denominações nas restantes áreas da plataforma⁷), esta uniformidade relativa da estratigrafia só será *parcialmente* conseguida no topo da sequência, quando o povoado foi destruído por um violento incêndio.

Retendo-nos nos cortes 2 e 3 (Figs. 7 e 9), sobre Lx. 87 acumulou-se uma camada de terra arenosa e argilosa de cor beije claro, ou esbranquiçada—Lx- 45—, nalguns pontos com claros vestígios de ocupação , patentes em estruturas domésticas, por vezes de longa utilização. É ainda *no decurso da formação, ou seja, da ocupação desta espessa camada, que se constrói a muralha exterior* (corte 3); neste local, tal construção fez-se também à custa da retracção do primitivo espaço habitacional que, primitivamente, atingia o topo, semi-arrasado, do talude calcólítico.

Algumas estruturas habitacionais, como uma lareira em X16, originaram (por razões de limpeza), níveis contínuos ou descontínuos de terra queimada. No corte 3, um nível contínuo, mas fino, de sedimentos com muito carvão, aliado à grande quantidade de espólio cerâmico, lítico, metálico (bronze) e vítreo (adornos), mostra tratar-se de uma área de intensa ocupação doméstica, no decurso da qual foi realizado um enterramento, parcialmente inserido na muralha. Trata-se de um enterramento em pequena fossa (corte 3), integrada numa estrutura subcircular de terra e pedras, e posteriormente coberta com cascalho, que denominámos de Estrutura Pétreia 48. Esta foi objecto duma publicação de pormenor por S. Nunes e R. Ribeiro (2000)⁸. Insere-se no espaço habitacional, ou melhor, situa-se na zona periférica dum espaço habitacional que continuou a ser utilizado aparentemente do mesmo modo, e cujos sedimentos acabaram por cobrir completamente aquela estrutura funerária. Com efeito, nas áreas adjacentes, variadas estruturas habitacionais —como pisos de argila, buracos de poste, áreas de combustão encostadas a alinhamentos de pedras fincadas de onde foi exumada grande quantidade de espólio, com destaque para contas de vidro (em fabrico?) e escória de ferro (ver Fig. 3 em Nunes & Ribeiro, 2000),

⁷ Por ex. , Lx. 37, de que foi datada uma amostra pelo C14— CSIC 1219.

⁸ Naquela publicação houve um mal entendido na interpretação das datas absolutas desta estrutura funerária, e que consideramos aqui anómalas. Embora aí os resultados figurem de modo correcto, as conclusões enfermam dum erro de leitura. Como orientei aquele trabalho, assumo também a responsabilidade daquele erro.

continuaram em utilização após o enterramento.

Nesta área, sobrepõe-se a Lx. 43 um estrato de sedimentos um pouco mais escuros—Lx. 45—, cuja interpretação ainda não é totalmente clara. Continuam em utilização as estruturas habitacionais do estrato/complexo anterior, pelo que supomos serem os sedimentos mais escuros decorrentes sobretudo do incêndio que parecem ter alastrado a toda a plataforma, mas que terão atingido esta área de modo menos dramático.

Este incêndio permitiu identificar 5 estruturas habitacionais individualizáveis — 4 de forma subcircular ou circular, e uma de tendência semi-circular, — estando uma delas “encostada” ao talude interno (calcolítico)⁹. Têm diâmetros entre 3,20 e 4,70 metros e assentam em pisos contínuos de argila (Fig. 20), e, num caso, sobre um cuidado lajeado (Fig. 19). As suas lareiras, quando identificáveis no seio do incêndio, ocupam sempre um dos lados da “cabana”, o lado oeste, quer dizer, aquele mais recuado relativamente ao desenvolvimento da plataforma. Distribuem-se por toda a plataforma, e em 2 casos agrupam-se duas a duas: a Unid. hab. 1 junto da 2, e a Unid. hab. 4 junto da 5. A área que temos vindo a descrever, abrangida pelos cortes 2 e 3, é também uma grande área habitacional complexa, mas não foi possível individualizar aí arqueologicamente qualquer Unidade habitacional. Denominámo-la de *área habitacional 6*. Tanto os buracos de poste como o abundante barro de revestimento, indicam serem estas Unidades habitacionais construídas em materiais perecíveis— troncos, ramagens¹⁰ e barro—, cujo incêndio criou potentes estratos de terra queimada, carvão e muitas sementes carbonizadas. Na realidade, as concentrações de cereais (trigo, cevada e mesmo milho miúdo) e de fava (nalguns casos ainda no interior de grandes recipientes semi-destruídos), indicam que a “catástrofe” que se abateu sobre o povoado terá destruído a maioria, se não a totalidade das reservas. É ainda nos sedimentos deste incêndio que se encontra a maioria do espólio cerâmico e metálico (principalmente adornos).

Pertence ainda a esta última ocupação, uma estrutura pétrea semi-circular, aberta (também pode ser vista como uma espiral) e com o diâmetro máximo de 2,7 metros, formada simplesmente por um alinhamento de pequenas lajes sobre argila vermelha (Fig. 15). Liga-se às unidades habitacionais próximas — U. habitacional 1 e 2— e ainda à área habitacional 6, por um piso contínuo de argila vermelha, o que faz supor integrar-se numa área do habitat que mereceu cuidados especiais. A sua função é-nos completamente desconhecida pois o seu enchimento não permite propor qualquer utilização específica ou mesmo genérica.

A escavação do Talude Exterior (corte 2, Fig. 7) mostrou que este consistia numa extensa massa pétrea, com uma quebra na sua parte média, onde forma uma pequena plataforma. Já atrás referimos que denominámos de Talude Exterior 1 —TE1— aquela porção mais próxima da plataforma inferior do monte, e de Talude exterior 2—TE2—, aquela que, após uma quebra, se alonga pela encosta abaixo.

Apesar de incompletamente escavado, pois não se atingiu a rocha de base na “plataforma”, do TE2 só foi retirada a terra humosa, podemos adiantar a seguinte interpretação provisória.

Na Idade do Ferro o talude Calcolítico foi parcialmente removido na sua parte periférica (em D'-F/15-16), para aí assentar uma unidade habitacional de que, no corte 2, dão conta os complexos 128 e 133. O complexo 133, não escavado na totalidade, corresponde ao início da ocupação da Idade do Ferro nesta área, ainda sobre algumas pedras jacentes do alicerce do talude calcolítico (não visíveis neste corte). Compõe-se de terra muito negra, com muito carvão e cereais carbonizados nalgumas áreas, e integra, desde a sua base, uma grande estrutura pétrea ovalada

⁹ E cuja construção foi precedida da remoção parcial da parte inferior do talude e de todo o empedrado nesta área (Fig. 5).

(com 6 x 4,5 metros de eixos), aberta a nascente e delineada por pedras fincadas. No decurso da sua construção e funcionamento (cuja especificidade também desconhecemos), foram criadas outras estruturas habitacionais que se estendem desta até ao rebordo da pequena plataforma. São pisos de argila, pequenos lajeados, buracos de poste, cuja articulação mútua ainda não foi possível definir em pormenor. O complexo 128 corresponde à continuação da ocupação da mesma área habitacional (e de muitas das estruturas habitacionais antes indicadas), mas Lx. 121, assim como com as pedras indicadas no corte 2 por “e” traduzem a colmatação cuidadosa, logo intencional, desta área. Tal *selamento* fez-se então pela colocação de lajes cuidadosamente imbricadas por sobre o solo e as estruturas previamente ocupadas, provavelmente com alguma terra à mistura, que posteriormente ganhou um aspecto algo humoso (castanha escura). Esta acção dá a entender que o que se pretendia seria repor a rampa do talude (calcolítico), antes destruído nesta área.

O talude calcolítico “emerge” mais abaixo, fora da área ocupada “habitacionalmente” na Idade do Ferro (corte 2), mas foi prolongado para o exterior no decurso desta última ocupação. É este conjunto que denominamos de Talude Exterior 2. Dado que só lhe retirámos a terra humosa, só nos é permitido falar da estrutura construtiva, e, por isso, nem chegou a ser representado no corte 2. Se na parte mais alta (G'-J'/15-16) mantém o imbricamento característico dos taludes calcolíticos (com as pedras dispostas em arcos descentrados), a partir de K'15-16 e até M'15-16 o encaixe é claramente menos cuidado e, na parte inferior, desenha mesmo *uma faixa de pedras fincadas*, dispostas de modo aparentemente irregular. Estas demarcam-se completamente das restantes pois, além de serem mais altas (têm de 30 a 60 cm acima do solo), apresentam uma implantação subvertical, contra a pendente da encosta, ou mesmo vertical. Na escavação desta área do TE2 só foi exumado espólio (que inclui metais) atribuível à Idade do Ferro.

Somos assim de opinião de que este TE2, embora possa ter aproveitado a parte periférica (terminal) do talude calcolítico, a ampliou através de um troço de pedras dispostas de modo algo caótico, *delineado na sua periferia por uma faixa de pedras fincadas e demarcando assim, pelo exterior, o povoado da Idade do Ferro*.

Não é ainda possível relacionar estreitamente o faseamento da ocupação do talude Exterior com aquele da plataforma inferior durante a Idade do Ferro.

De qualquer modo, podemos adiantar algumas sugestões interpretativas, a serem testadas nas próximas campanhas de escavação (2002 e 2003).

Retenhamo-nos em primeiro lugar na plataforma inferior.

A 1ª ocupação da Idade do Ferro, que denominámos de Crasto III-1, e datada pelo C14 (CSIC 1219- 2260±47 BP; ver Quadro 1) refere-se a um povoado que cremos ser aberto¹¹, implantado na parte mais baixa e abrigada da plataforma¹² e que se estende até à quebra superior do talude Calcolítico —TE1. Da permanência no povoado¹³ decorreu uma contínua transformação do espaço habitado, que terminou com o seu abandono, por certo decorrente do incêndio que se regista em todas as áreas escavadas à excepção do talude.

Denominamos esta longa ocupação de Crasto III-2, embora só o incêndio permita entender como estritamente contemporâneas as unidades habitacionais ou áreas habitacionais dizimadas

¹⁰ De que a identificação antracológica, feita por I. Figueiral e para publicação em breve, dá conta sobretudo de *medronheiro* (verdadeiros troncos de medronheiro), pinheiro, *urze*, mas também carvalho e sobreiro, além de outras espécies menos representadas.

¹¹ Pois por ora desconhecemos o momento da construção da faixa de pedras fincadas no talude exterior.

¹² Embora aqui não desenvolvamos o estudo do espólio, é de referir que foram exumadas nesta plataforma cerâmicas pintadas, áticas, identificadas (e em estudo) por Marina Vieira, a quem agradecemos a colaboração.

¹³ Pois não visíveis, entre esta e a ocupação seguinte, hiatos documentados de modo estratigráfico.

O CRASTO DE PALHEIROS (MURÇA). DO CALCOLÍTICO À IDADE DO FERRO

Nº	Ref. Lab.	Contexto	Datação BP	Calibração (AC) Stuiver et alii							Natureza da amostra	Observações Interpretação
				Intercepção	Método A		Método B					
					1 sigma	2 sigma	1 sigma	%	2 sigma	%		
1	CSIC-1280	Lx. 20.1 (cam. 1)	4087±34	2620, 2609, 2598, 2588, 2584	2835-2504	2860-2496	2838-2818, 2866-2825, 2508-2507	15.3, 78.5, 6.2	2862-2808, 2756-2721, 2703-2557, 2533-2493	19.1, 5.3, 66.6, 9	carvão	Unidade Interna Crasto II
2	CSIC-1617	Lx. 41.2 (cam. 2b)	4046±29	2574, 2510, 2503	2618-2496	2828-2472	2619-2617, 2586-2587, 2533-2494	9.1, 37.5, 53.4	2622-2478	100	carvão	Unidade Externa Crasto II
3	CSIC-1216	Lx. 9 (cam. 1)	3727±39	2138	2198-2038	2277-1981	2197-2163, 2148-2118, 2098-2039	25.5, 23.6, 50.9	2278-2253, 2229-2224, 2207-2020, 1995-1992	4, 1, 93.2, 1.7	carvão	Unidade Interna Crasto II
4	CSIC-1219	Lx. 37	2260±47	377, 266, 264	392-210	401-144	391-353, 298-232, 219-218	39.1, 54.4, 6.5	399-336, 328-203	35.7, 64.3	carvão	Unidade Externa Crasto III-1
5	CSIC-1279	Lx. 1	2045±35	44	91 BC-1 AD	167 BC-50 AD	91 BC-2 AD	100	163 BC-26 AD	100	sementes	Unidade Externa Crasto III-2 (U. habitacional 1)
6	CSIC-1403	Lx. 1	1954±26	AD 33, 37, 55	A.D. 24-77	35 BC-124 AD	AD 25-77	100	BC 17-16, AD 0-8, AD 99-123	2.3, 89.4, 6.3	carvão	Unidade Externa Crasto III-2 (U. habitacional 1)
7	CSIC-1218	Lx. 14	1782±47	AD 242	AD 180-304	AD 128-384	AD 140-141, AD 177-192, AD 212-263, AD 277-331	5.4, 11.4, 39.8, 43.4	AD 129-353, AD 365-379	98.3, 1.7	Sementes+carvão	Unidade Externa Crasto III-2 (U. habitacional 1/2)
8	CSIC-1405	Lx.31	2014±26	BC 37, 32, 19, 12, AD 1	44 BC-45 AD	87 BC-54 AD	39 BC-9 AD, AD 9-16	81.7, 18.3	BC 87-82, 55 BC-57 AD	2.1, 97.9	carvão	Unidade Externa Crasto III-2 (U. habitacional 2)
9	CSIC-1404	Lx.31	1951±26	AD 34, 36, 59	AD 25-78	AD 17-125	AD 25-77	100	AD 1-92, AD 97-125	87.9, 12.1	carvão	Unidade Externa Crasto III-2 (U. habitacional 2)
8+9	CSIC-1405 +1404		1983±20	AD 24, 44, 46	17 BC-53 AD	40 BC-72 AD	AD 3-55	100	35 BC-66 AD	100		Teste estatístico T'-2.44 Xi2 (0.05) 5.99
10	CSIC-1320	Lx. 47	1979±32	AD 26, 43, 47	36 BC-67 AD	45 BC-117 AD	BC 17-16, AD 1-83	11.1, 88.9	46 BC-83 AD, AD 111-114	98.3, 1.7	Sementes+carvão	Unidade Externa(U.Int.) Crasto III-2 (U. habitacional 3)
11	CSIC-1215	Lx. 47	1959±47	AD 32, 38, 53	17 BC-115 AD	48 BC-131 AD	BC 17-16, AD 0-83, AD 113-114	7, 86, 7	BC 87-83, 56 BC-138 AD, AD 163-164	0.6, 98.8, 0.6	Sementes+carvão	Unidade Externa(U.Int.) Crasto III-2 (U. habitacional 3)
10+11	CSIC-1320 + 1215		1972±28	AD 28, 41, 49	15 BC-68 AD	41 BC-117 AD	AD 7-65	100	40 BC-81 AD	100		Teste estatístico T'-11 Xi2 (0.05) 3.84

Nº	Ref. Lab.	Contexto	Datação BP	Calibração (AC) Stuiver et alii							Natureza da amostra	Observações Interpretação
				Intercepção	Método A		Método B					
					1 sigma	2 sigma	1 sigma	%	2 sigma	%		
12	CSIC-1217	c.2	2257±48	376, 367, 365, 267, 264	392-209	401-181	389-354, 296-232, 218-217	38.1, 54.7, 7.2	398-332, 327-203	34.9, 65.1	Sementes+carvão	Unidade Interna contexto habitacional
13	CSIC-1281	c.2	2116±40	166, 127, 123	198-57	349-3	195-192, 179-91, 88-63	7.6, 84.8, 7.5	350-313, 228-220, 219-39, 6-4	7.5, 1.3, 90.3, 0.9	carvão	Unidade Interna contexto habitacional
14	CSIC-1319	Lx.7	2682±27	827	833-807	898-801	885-881, 837-805	14.1, 85.9	895-872, 865-801	18.2, 81.8	carvão	Unidade Interna contexto habitacional
15	CSIC-1282	c.2b	2686±43	827	893-804	917-797	893-874, 845-805	28.7, 71.3	908-797	100	carvão	Unidade Externa contexto habitacional
16	CSIC-1406	c.2b	2284±26	385	394-263	399-233	394-364, 269-264	78.9, 21.1	391-355, 289-234	60.4, 39.6	carvão	Unidade Externa contexto habitacional
17	CSIC-1619	Lx.42.3-11; 62Z16, Lx.48.2	904±27	AD 1159	AD 1042-1187	AD 1032-1215	AD 1046-1092, AD 1119-1139, AD 1156-1167, AD 1174-1181	57.8, 21.6, 11.2, 9.5	AD 1038-1198	100	carvão	Unidade Externa contexto funerário
18	CSIC-1618	Lx.42.3-11; 62Z16, Lx.48.2	250±28	AD 1652	AD 1643-1662	AD 1532-1797	AD 1640-1665	100	AD 1523-1564, AD 1628-1675, AD 1774-1802, AD 1941-1943	11.3, 69.7, 17.6, 1.5	carvão	Unidade Externa contexto funerário

pelo fogo. Este incêndio está datado por várias amostras de C14 (CSIC 1218, 1405, 1404, 1320, 1215; ver quadros 1 e 3). Porém, entre o início da ocupação do sítio, em cerca de 300-200 AC (ver ponto seguinte) e que denominamos de Crasto III-1, e o seu final, genericamente entre 100 AC-100 DC, transcorre um alargado tempo de ocupação que se traduz estratigraficamente e construtivamente em grandes alterações. Situa-se neste intervalo de tempo a construção da muralha exterior, a inclusão do enterramento na área habitacional e na referida muralha, assim como a criação e transformação de várias estruturas habitacionais.

Será ainda neste intervalo de tempo que é ocupado o talude exterior com estruturas habitacionais, *provavelmente* em momento anterior à construção da muralha. A demarcação exterior do povoado com pedras fincadas tanto pode ser anterior à construção da muralha, como fazer corpo único com aquela num dos momentos do povoado. No primeiro caso documentaria a criação de uma barreira física, mais formal/simbólica do que estritamente funcional (em termos de

defesa), que incluiria num recinto o povoado primitivo. Esta barreira pode, desde logo, dizer respeito à criação do povoado, ou, alternativamente, ter sido criada já no decurso do seu funcionamento. Na primeira hipótese, o espaço habitacional, ou melhor, o espaço útil e fisicamente demarcado, não se restringiria à plataforma inferior, mas estendia-se por sobre todo o talude calcolítico (embora não tenhamos encontrado aqui unidades habitacionais atribuíveis a esta fase inicial, mas a escavação está, como dissemos, por terminar nesta área).

Na segunda hipótese, a cuidadosa colmatagem da unidade habitacional que existia no talude (com o objectivo de o regularizar e de o tornar operante), a par da ampliação deste através duma faixa de pedras fincadas, criaria um extenso e potente talude em rampa contínua, rematado por pedras fincadas, que circundaria o povoado e em cujo topo superior se teria desenvolvido a muralha.

Apesar de muito sugestiva, esta imagem de um povoado claramente fortificado, com extenso talude e muralha, criados como um plano arquitectónico único, ela não tem mais confirmação empírica do que a primeira. Quer dizer, a de que este conjunto arquitectónico corresponda antes a um somatório de acções e de intenções em tempos diversos.

Mais haverá por certo a deslindar na história da ocupação do Crasto na Idade do Ferro. É no sentido dum melhor entendimento desta ocupação que, nos próximos anos, desenvolveremos não somente escavações em áreas de interpretação mais deficiente, como procederemos à continuação do estudo de toda a documentação recolhida.

A. Cronologia absoluta e proposta de faseamento para as ocupações humanas do Crasto de Palheiros durante a Pré e a Proto-história.

Publicam-se aqui os resultados das datações absolutas, mas como o texto já ultrapassou largamente os limites impostos pelas normas desta revista, não é possível fazer todos os comentários exigidos. Como esse comentário é imprescindível ao entendimento da estação, constarão dum outro texto a publicar em tempo breve.

As amostras foram todas medidas no CSIC (Madrid), pelo Doutor Fernán Alonso, consultor do projecto de investigação onde este estudo se insere¹⁴. Agradece-se aqui a sua estreita colaboração na interpretação da estação com o apoio das datas absolutas, o que implicou (e continua a implicar) a “repetição” de medições de amostras de contextos que, por motivos variados (uns já apurados, outros ainda não), mostram resultados considerados anómalos. Trata-se de um caso onde um Director de um laboratório— neste caso o CSIC—, se envolveu, e envolve, de perto na interpretação duma estação tão complexa como é o Crasto de Palheiros.

Somado àquele apoio, e já na fase de redacção deste texto, foi o arqueólogo Alexandre Canha que procedeu à elaboração dos Quadros 1, 2 e 3, pelo que agradecemos também a sua colaboração.

Um primeiro grupo de datas, cujos resultados foram considerados relacionáveis directamente com os contextos a datar, constam do Quadro 1. No Quadro 2 figuram datas que, por motivos diversos, não se coadunam com os resultados arqueológicos e arqueográficos da estação.

Ocupação Calcolítica — CRASTO II

Duas amostras—CSIC 1218 e CSIC 1216— referem-se a contextos da camada 1 da Unidade Interna, mas os resultados não se recobrem estatisticamente. Adiantamos desde logo que,

¹⁴ - Projecto aprovado e financiado pelo IPA (1998-2001), e já indicado atrás (Levantamento arqueológico de Murça e área adjacente à Ribª de Lila. Estudo, conservação e valorização dos seus monumentos e sítios).

independentemente dos resultados obtidos, o contexto de recolha da amostra CSIC 1218 (4087 ± 34 BP) merece maior confiança do que o da amostra CSIC 1216 (3727 ± 39 BP). No primeiro caso tratava-se de uma mancha de terra negra, queimada, com carvão (Lx. 20.1), localizada entre a estrutura sublosângica e os penedos (Fig. 17), que fora posteriormente selada por um nível contínuo de argila vermelha, seguido de uma couraça pétrea compacta, ou *empedrado* (Ver corte estratigráfico em -Barbosa, 2000: Fig. 4). O resultado obtido, que localiza o *terminus* desta camada prévia ao *empedramento*, enquadra-se no 2º quartel do 3º mil. AC. No segundo caso, refere-se a uma estrutura de combustão, com muita terra queimada mas pouco carvão, situada também no topo superior da camada 1, mas na área que permaneceu aberta (Figs. 5 e 6).

Teoricamente ambas datariam o mesmo momento de ocupação, patente no topo da camada 1. Como tal não acontece, são de colocar 3 hipóteses. A primeira é a de que na área aberta, a norte, a ocupação doméstica tenha continuado após o encerramento daquela área a sul. Assim, o desfazamento, no mínimo, de 1/4 de milénio, poderia apontar para uma continuidade de ocupação deste local e marcaria eventualmente o final do povoado-monumento. A segunda, em parte concordante com a primeira, é a de que embora a amostra possa estar algo contaminada por eventuais ocupações mais recentes, exiba um resultado não muito distante do tempo efectivo de ocupação daquela estrutura habitacional. Quer dizer, o desfazamento cronológico relativamente à data do contexto fechado poderia ter sido menor, mas, mesmo assim, documentaria uma continuidade de utilização desta área não empedrada, eventualmente até à desactivação do povoado-monumento. A terceira é a de que, por razões de contexto de recolha, somente a amostra com resultados mais antigos possa ser considerada fiável.

Creemos que embora as hipóteses 1 e 2 sejam sempre de considerar, por ora fixáramos a ocupação calcolítica da Unidade Interna, patente na camada 1 (formada após a construção do talude interno e do Aterro), no 2º quartel do 3º mil. AC. Duas camadas — c. 3 e c.2—, são estratigraficamente anteriores, mas são localização cronológica vaga. Poderão integrar-se neste alargado período, mas também admitem cronologias anteriores.

Na Unidade Externa somente uma amostra data o contexto do início do habitat nessa área— CSIC 1617—, cujo resultado é 4046 ± 29 BP. Esta amostra provém de uma estrutura de combustão delimitada por pedras fincadas (Lx. 41.2), em X-W 11, e inserida numa alargada área doméstica (ver planta da Fig. 8). A referida estrutura, embora desactivada em fase posterior àquela da nossa recolha, *articula-se com o início da ocupação doméstica desta área da plataforma inferior*, que ocorreu, como indicámos atrás, após a construção dos taludes pétreos periféricos (Talude leste, ou talude exterior e Talude sul). O intervalo obtido, após calibrarão, situa esta amostra aproximadamente no período daquela que aceitámos para a plataforma superior — o 2º quartel do 3º mil. AC—, pois trata-se de datas estatisticamente semelhantes.

Apoiando-nos quer na sequência estratigráfica/construtiva, quer nestas datas, poderíamos propor o seguinte faseamento cronológico para a ocupação calcolítica: Crasto I e Crasto II.

Crasto I— Eventual ocupação da crista mais elevada na Unidade Interna, assim como do pequeno monte adjacente, a leste, num período contemporâneo, ou anterior a 2800 AC (3000-2800 AC ?)

Crasto II— 2800-2400 AC (-2000?) Unidade Interna e Unidade Externa

Unidade Externa

— Delimitação do povoado-monumento por um potente talude pétreo exterior : Talude Exterior 1(a leste) e Talude Sul (a sul).

— Início da ocupação doméstica da plataforma inferior (c. 2b e outros complexos), circun-

dada e sustida pelo talude acima.

— Alçamento dos Taludes Leste e Sul, dos quais partem empedrados que se estendem por sobre a camada de ocupação anterior (c. 2b), ou somente por sobre o solo geológico, e atingem a base do Talude Interno.

Unidade Interna

— Delimitação da plataforma superior por um talude : Talude interno e por uma rampa do lado sul da plataforma.

— Ocupação doméstica da plataforma superior (cam. 1 e eventualmente c. 2).

— Selamento, por meio de um empedrado, da parte sudeste da plataforma superior .

Ocupação da Idade do Ferro— CRASTO III

Relativamente à Idade do Ferro, uma amostra — CSIC 1219 : 3273 ± 39 BP— data o estrato correspondente à primeira ocupação deste período (neste caso Lx. 37, relacionável com Lx. 87, este indicado nos cortes 2 e 3). O intervalo, para 2 sigmas, coloca esta ocupação entre o séc. IV e o III^o AC.

As restantes amostras referem-se sobretudo a níveis de incêndio das unidades habitacionais, embora também tivesse havido o cuidado de fazer recolhas nas lareiras.

A Unidade habitacional 1 conta com 2 amostras recolhidas na mesma lareira (Lx. 1). Procedeu-se somente à separação entre carvão (CSIC 1403: 1954 ± 26 BP) e as sementes (CSIC 1279: 2045 ± 35 BP), mas os resultados são mais distantes do que seria de esperar. É a amostra de carvão que fornece um intervalo menor— 0 -8 DC—, para um intervalo de confiança de 84%; a amostra de sementes indica um intervalo de 163 BC-26 DC, para 100% de probabilidade. Como se recobrem estatisticamente, poderíamos colocar o funcionamento desta Unidade habitacional , ou cabana, ainda na viragem da Era.

Do incêndio da Unidade habitacional 2 (Fig. 20), adjacente à 1, foram datadas duas amostras — CSIC 1405: 2014 ± 26 e CSIC 1404: 1951 ± 26 —, cujos resultados se recobrem estatisticamente; tal permitiu obter a média ponderada que coloca o incêndio entre 35 BC e 66 DC (para 100% de probabilidade).

Da Unidade habitacional 3, inserida parcialmente no Talude Interno (Fig. 5), e também incendiada, os resultados das datas — CSIC 1320: ± 32 BP e CSIC 1215: 1959 ± 47 BP—, mostram ser também estatisticamente semelhantes; a média ponderada de ambas coloca o incêndio entre 40 BC e 81 DC (para 100% de probabilidade).

Uma outra amostra, recolhida no incêndio, entre a Unidade habitacional 1 e 2— CSIC 1218: 1782 ± 47 BP—, mostra valores muito diferentes das restantes amostras do incêndio, não se sobrepondo estatisticamente a nenhuma delas. Para 98,3 % de probabilidade, situa-se entre 129 e 353 DC, pelo que a sua avaliação vai depender do confronto com outras datas a obter para a fase final deste povoado.

Dos resultados acima, e se excluirmos a data CSIC 1218 (embora não vislumbremos razões contextuais para o fazer) , poderemos fixar provisoriamente estes valores temporais muito gerais:

- a) a última fase do Crasto de Palheiros num intervalo de tempo que vai de cerca de 160 AC a cerca de 140 DC;
- b) o incêndio entre cerca de 40 AC e 80 DC

Também com base na sequência estratigráfica/construtiva e nestes valores obtidos pelo C14, propomos o seguinte faseamento cronológico para a ocupação proto-histórica :

O CRASTO DE PALHEIROS (MURÇA). DO CALCOLÍTICO À IDADE DO FERRO

Crasto III— c. de 300 AC-100 DC

Crasto III-1—cerca de 300-200 AC

— implantação do povoado(aberto?) na plataforma inferior (ver problemática em C)

Crasto III-2—cerca de 200 AC –80/100 DC

— Desenvolvimento da ocupação do povoado que, espacialmente, se estende à plataforma superior, e eventualmente também à encosta do Talude Exterior.

— Colmatação da Unidade habitacional inserta na talude exterior e ampliação deste para o exterior através duma faixa de pedras fincadas (ver problemática atrás, em C).

— Construção da muralha periférica por sobre o topo do Talude calcolítico. Eventualmente será construída também a muralha interior.

— Alargamento do povoado para a plataforma superior.

— Inserção da Estrutura funerária na muralha inferior.

— Incêndio. Este pode ser datado com um pouco mais de precisão, entre 40 AC e 80 AD.

Como temos vindo a repetir, este é a proposta possível de acordo com o momento actual da investigação no Crasto. Dela ressalta a necessidade da continuação dos estudos quer através de novas áreas a escavar, quer através do estudo aturado da documentação exumada.

Vila Nova de Gaia, Maio de 2001.

Nota: Nesta estação temos procedido a acções de conservação e de restauro. Como as acções desta natureza exigem uma pormenorizada exposição dos objectivos e das opções, também não foram focadas neste texto.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, C.A.F. (1983), Cultura castreja. Evolução e problemática, *Arqueologia*, 8, GEAP, pp. 70-74.
- AMORIM, I. S. B. (1999), *Crasto de Palheiros (Murça). As Ocupações da Pré-história e da Proto-história na Plataforma Inferior*, Dissertação de Mestrado apresentada à Fac. de Letras do Porto (policopiada).
- BARBOSA, S. C. P. (1999), *O Crasto de Palheiros-Murça. Contributo para o entendimento do fenómeno campaniforme em contexto doméstico no Norte de Portugal*, Dissertação de Mestrado apresentada à Fac. de Letras do Porto (policopiada).
- BARBOSA, S. C. P. (2000), O Crasto de Palheiros— Murça. Contributo para o entendimento do fenómeno campaniforme em contexto doméstico, *Estudos do Quaternário*, 3, APEQ, Lisboa (no prelo).
- BARRET, J. C. (1994), Defining domestic space in the Bronze Age of Southern Britain, *Architecture and Order. Approaches to Social Space*, M. P. Pearson & C. Richards, eds., Routledge, pp. 87-97.
- BETTENCOURT, A.M. (1999), *A Paisagem e o Homem na Bacia do Cávado durante o IIº Milénio AC*, Dissertação de Doutoramento apresentada ao DHICS da Universidade do Minho, Braga (policopiada).
- FERNÁNDEZ-POSSE, M.D. e SÁNCHEZ-PALÊNCIA, F.-J. (1997), Ocupación del território y estrutura social en las poblaciones castrejas astures, *O 1º Milénio a.c. no Noroeste Peninsular: a fachada atlântica e o interior*, Redentor, A. ed., Bragança, Parque Natural do Montesinho, pp.87-106.
- FERNÁNDEZ-POSSE, M.D. (1988), *La Investigación Protohistórica en la Meseta y Galicia*, *Arqueología Préhistórica*, 1, Ed. Síntesis, Barcelona.
- GOMES, I.M. (2000-2001), Estudo do material lítico do Crasto de Palheiros-Murça. Uma primeira proposta metodológica—1ª parte, *Portugália*, 21-22, DCTP –FLUP (no prelo, neste volume).
- JORGE, S.O. (1994), Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, *Rev. da Faculdade de Letras-História*, 11, 2º s., Porto, FLUP.
- JORGE, S.O. (1999), Castelo Velho de Freixo de Numão (Vª Nª de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação, *Estudos Pré-históricos*, 6, CEPBA, pp.279-293.
- JORGE, S.O.; OLIVEIRA, M.L.; NUNES, S.A. e GOMES, S.R. (1998-99), Uma estrutura ritual com ossos humanos no sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vª Nª de Foz Côa), *Portugália*, 19-20, DCTP-FLUP, pp. 29-70.
- MARTINS, M. M. (1996), Povoamento e habitat no Noroeste português durante o 1º milénio a.C., *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*, MC, IPM e MNA, pp.118-133.
- NUNES, S. A. e RIBEIRO, R. A. (2000), Uma estrutura funerária da Idade do Ferro em contexto habitacional no Crasto de Palheiros— Murça (NE de Portugal), *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, 5, ADECAP, pp. 23-42.
- PEARSON, M.P. & RICHARDS, C. (1994), Architecture and order. Spatial representation in archaeology, *Architecture and Order. Approaches to Social Space*, M. P. Pearson & C. Richards, eds., Routledge, pp. 38-72.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H. e DAVEAU, S.(1988), *Geografia de Portugal*, I- A Posição Geográfica e o Território, Lisboa, Sá da Costa.
- SANCHES, M. J. (1997a), O Crasto de Palheiros—Murça. Notícia Preliminar das escavações de 1995 e 1996, *Actas do IIº Congresso de Arqueologia Peninsular*, II, Fundación Rei Afonso Henriques, Zamora, pp.389-399.

O CRASTO DE PALHEIROS (MURÇA). DO CALCOLÍTICO À IDADE DO FERRO

SANCHES, M. J. (1997-b), *Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro* (2 vol.), Textos, 2, SPAE, Porto.

SANCHES, M. J. e AUGUSTO, M.A.G. (1999), *Crasto de Palheiros (Murça): o monumento e o povoado durante a Pré-história*, *Desdobrável*, Ed. da Câmara Municipal de Murça.

PORTUGALIA

O CRASTO DE PALHEIROS (MURÇA) DO CALCOLÍTICO À IDADE DO FERRO

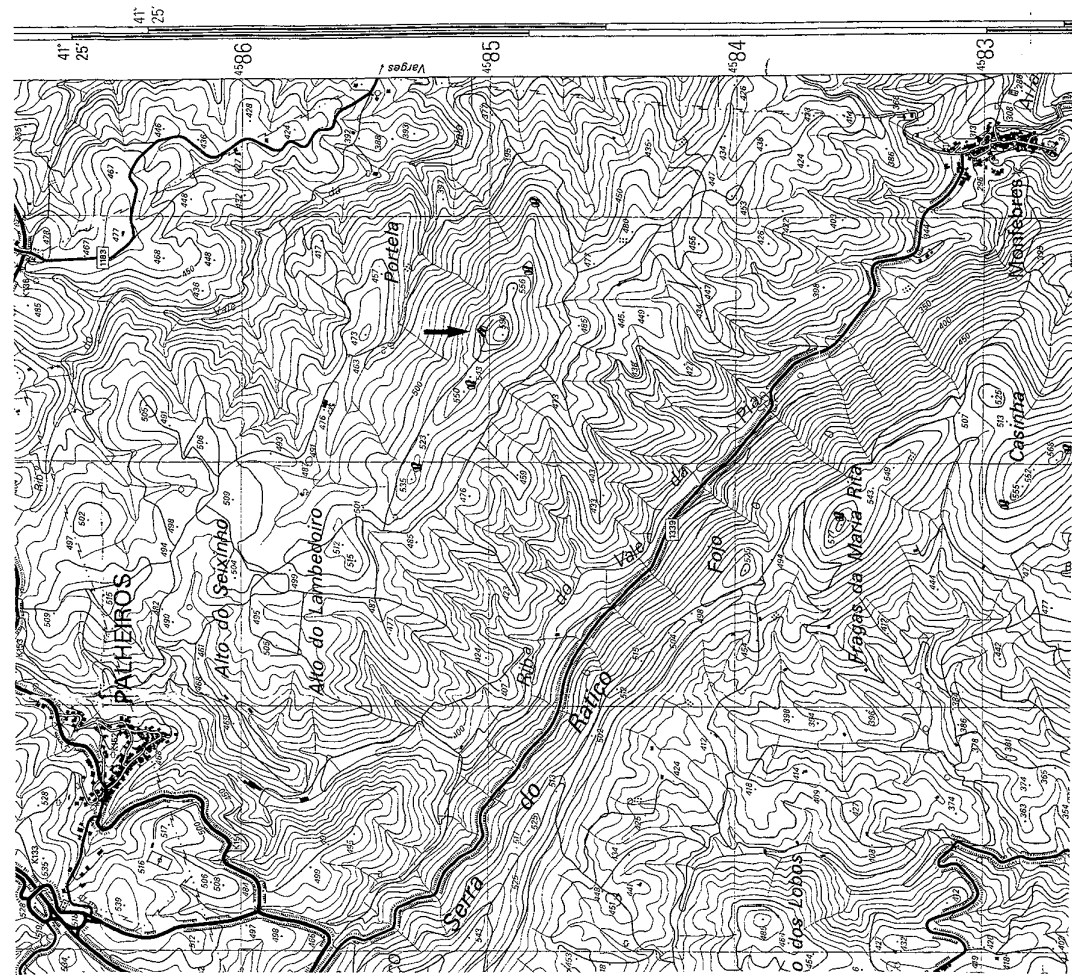


Fig. 2 — Crasto de Palheiros, indicado pela seta (segundo a CMP, na esc. 1:25 000, folha 59, de 1997)

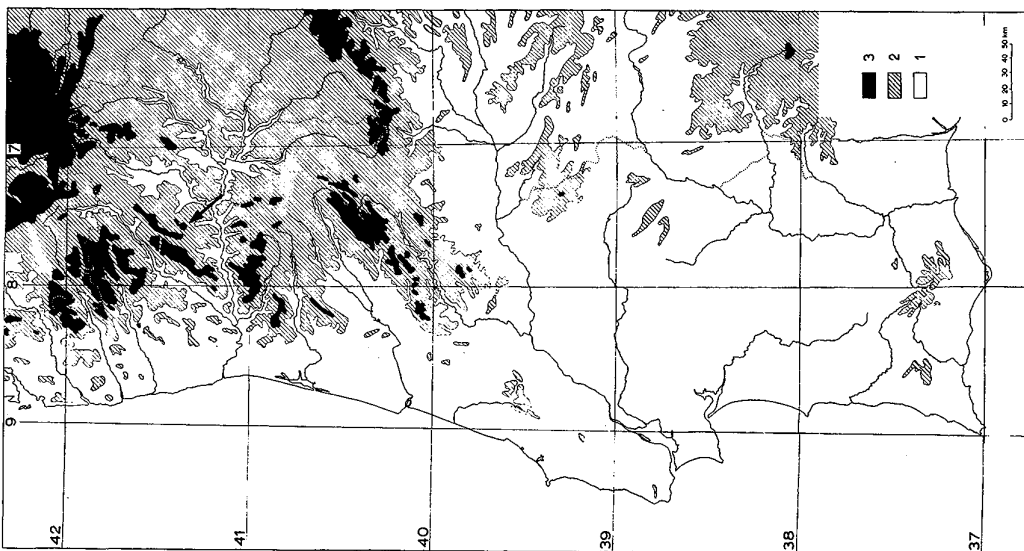


Fig. 1 — Mapa de Portugal com os 3 andares hipsométricos fundamentais (seg. Ribeiro, et al, 87:169) e a localização do Crasto de Palheiros. Andares hipsométricos: 1- altitude inferior a 400 metros; 2- entre 400 e 700 metros; 3- superior a 700 metros.

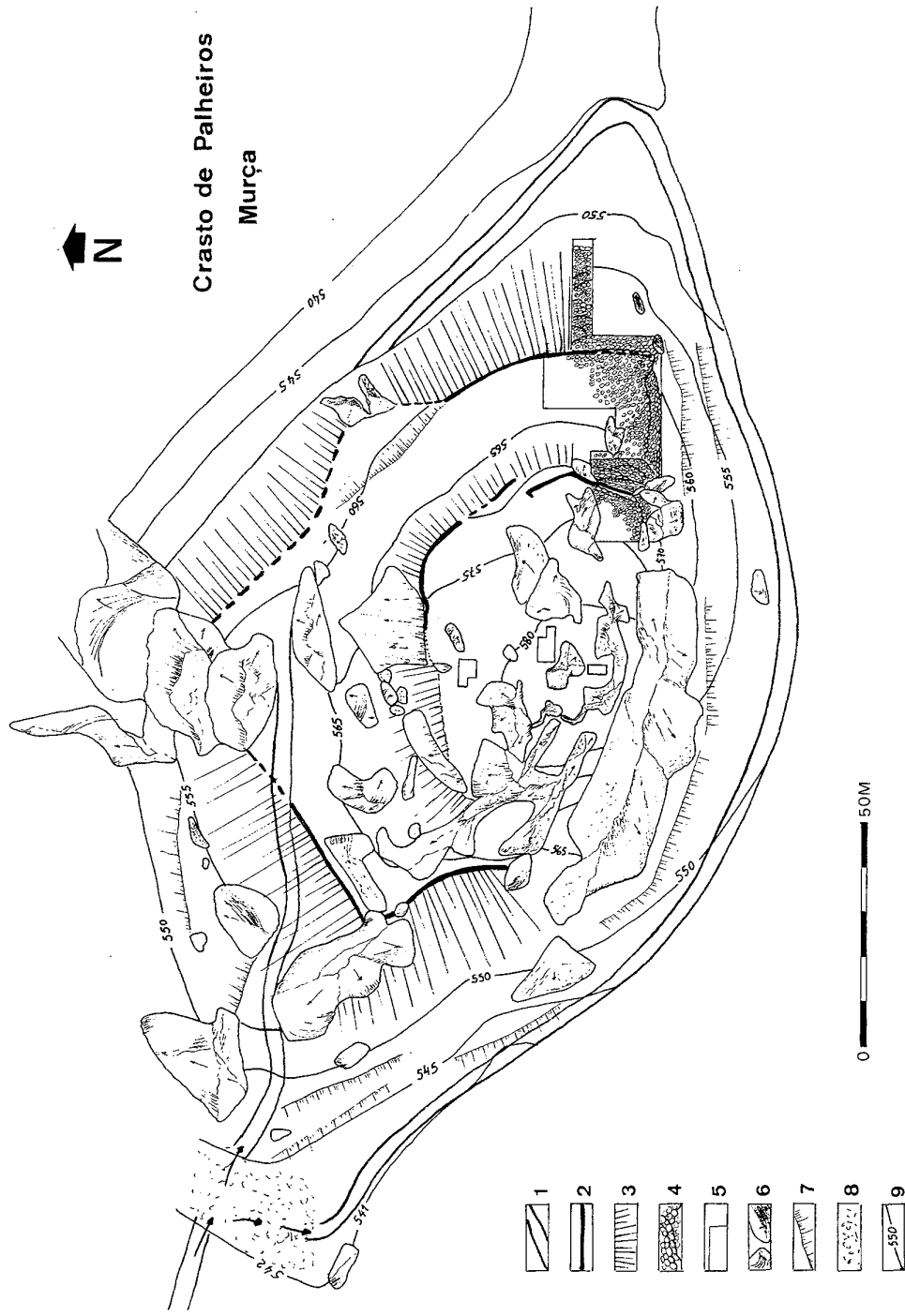


Fig. 3 — Planta topográfica esquemática do Crasto de Palheiros. 1— Caminhos actuais de acesso. 2— Muralhas de pedra. 3— Muralhas de pedra, construídas sobre os taludes calcólicos. 4— Taludes calcólicos. 5— Taludes calcólicos feitos em pedra seca. 6— Área escavada e restaurada para a fase calcolítica; inclui taludes pétreos — talude exterior, talude sul e talude interior —, e empedrados. 7— Área escavada. 8— Penedros. 9— Taludes de terra (provavelmente todos recentes). 10— Zona aplanada, de terra batida, usada para estacionamento de carros. 11— Curvas de nível: equidistância de 5 metros. Os taludes são rodeados pela curva de 550 metros de altitude absoluta e o topo do monte está a 990 metros.

O CRASTO DE PALHEIROS (MURÇA) DO CALCOLÍTICO À IDADE DO FERRO

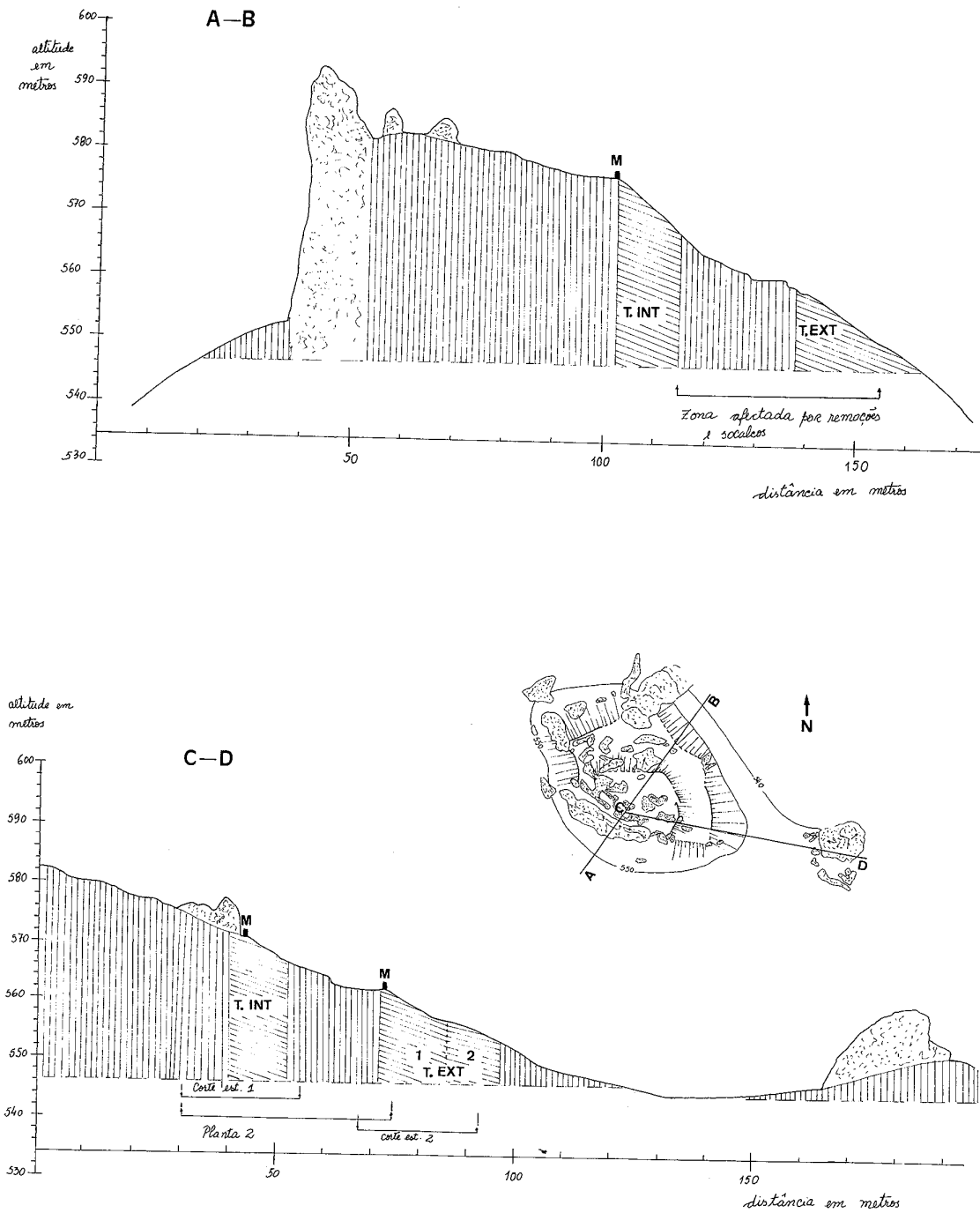


Fig. 4 — Perfis A-B e C-D do Crasto de Palheiros. A localização destes perfis está representada na planta, reduzida, da estação. No perfil A-B são ainda localizados: o Corte estratigráfico 1 (da Fig. 6); o Corte estratigráfico 2 (da Figura 7) e ainda a planta 2 (da Fig. 5). M- muralha da Idade do Ferro; T. INT.— Talude interior; T. EXT.— Talude exterior.

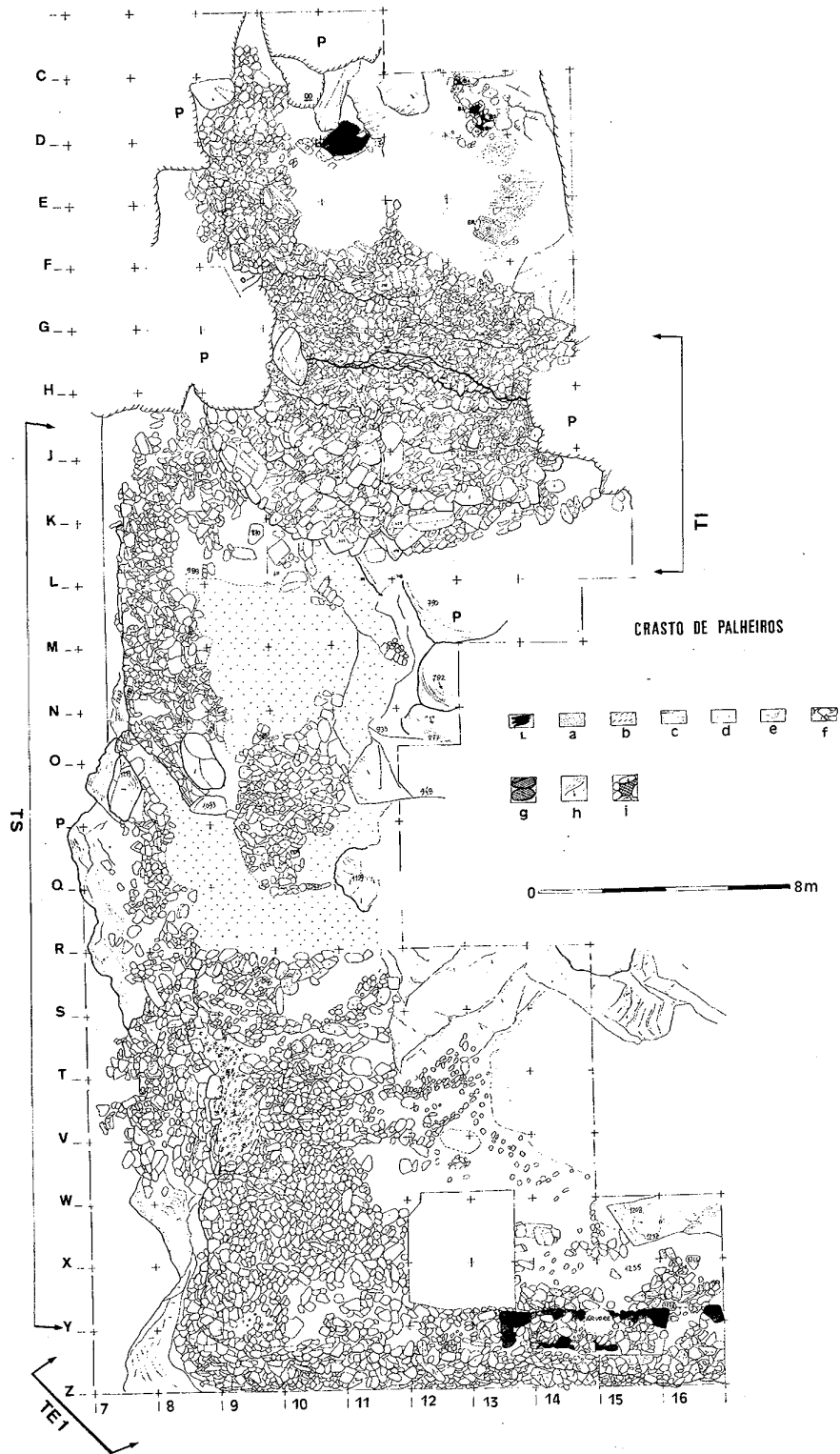


Fig. 5 — Unidade Interna e Unidade Externa do Crasto II na fase final de petrificação. TI— Talude interior; TS— talude sul; TE1— talude exterior 1; P e h - Pedros/rochas/afioramentos; L— ladeira; a— mancha de terra queimada; b— piso de argila vermelha, uniforme; c— piso de argila não uniforme; d— ocupações da Idade do Ferro, intrusivas nas estruturas calcolíticas; e— terra argilosa esbranquiçada; f— imbricamento das pedras em alinhamento ou arco; g— muralha exterior da Idade do Ferro; i e b— buraco de poste. A área demarcada e que figura a branco, não foi escavada até aos níveis calcolíticos. 00 é o ponto 0 da estação ao qual se referem todas as cotas.

O CRASTO DE PALHEIROS (MURÇA) DO CALCOLÍTICO À IDADE DO FERRO

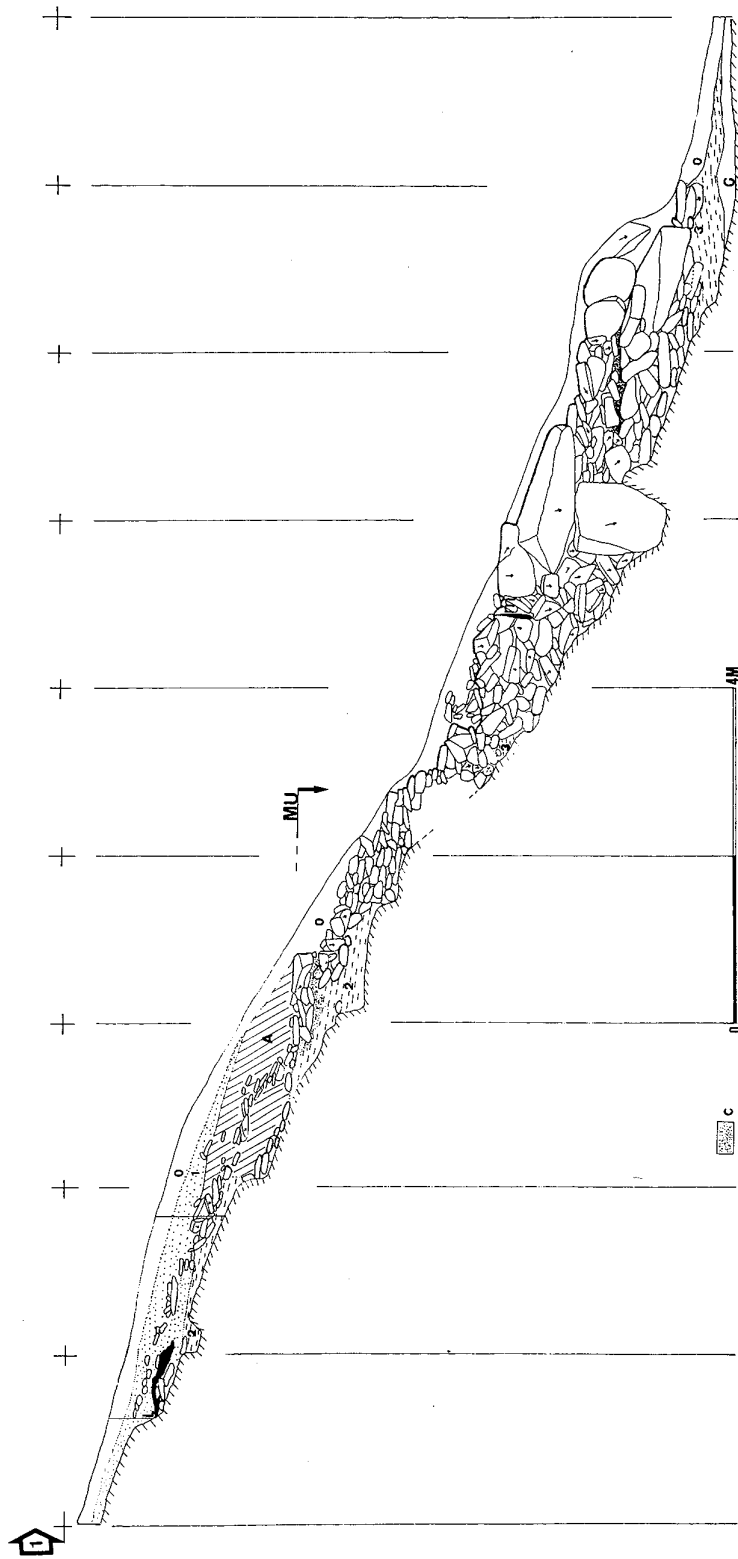


Fig. 6— Corte estratigráfico 1 (W-E), referente à Unidade Interna (talude e camadas de ocupação) com a indicação das camadas 0, 1, 2, 3 e do Aterro—A. L—lareira; c—estrato de terra negra, uniforme com carvão; G—solo geológico; MU—indica, em projecção, a localização da muralha interna da Idade do Ferro. A estratigrafia é descrita em texto. Ver a localização deste corte na Fig. 4—perfil C-D.

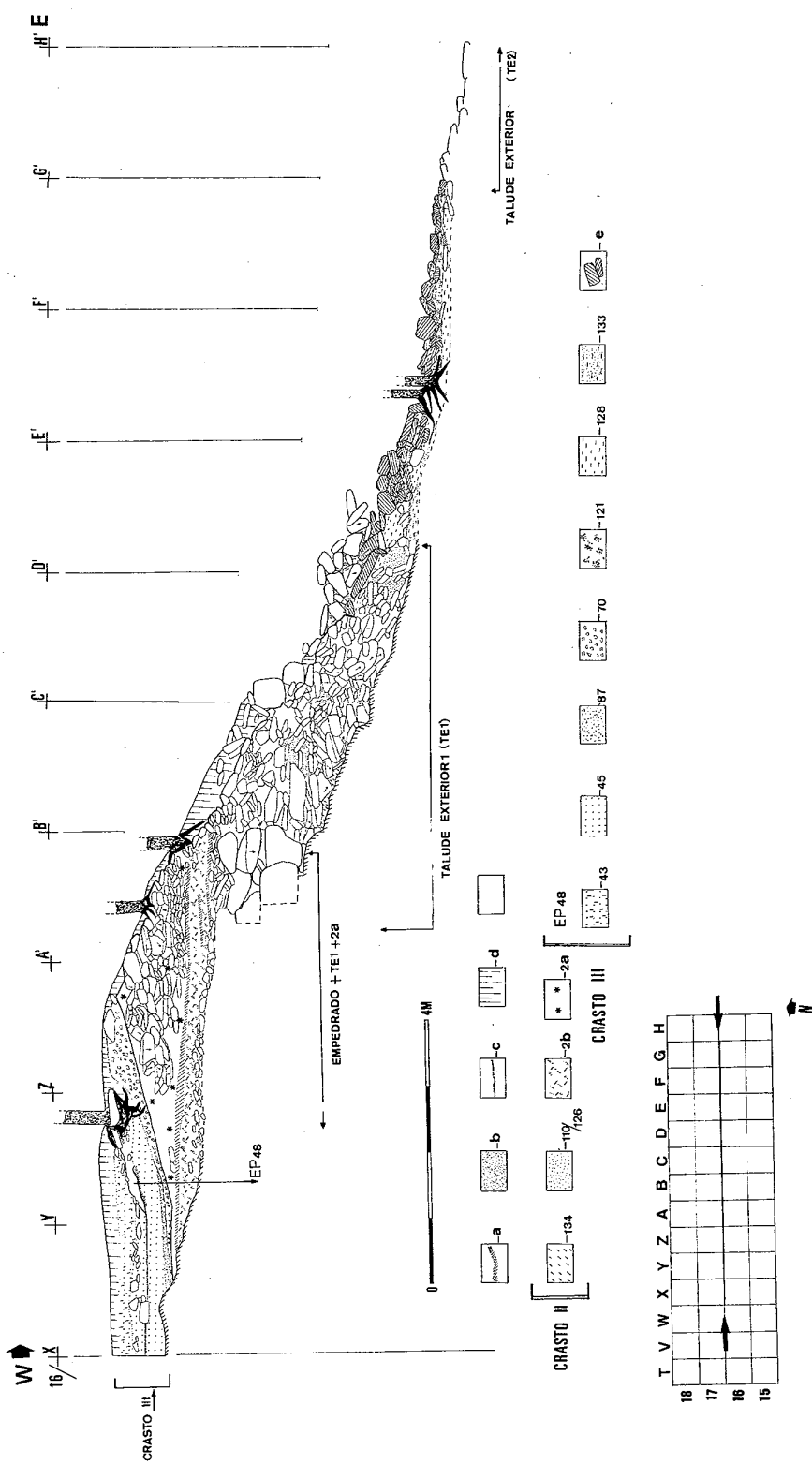


Fig. 7— Corte estratigráfico 2 (W - E), referente à Unidade Externa (plataforma inferior e talude exterior 1.) a— nível contínuo de argila vermelha; b— estrato de terra negra, uniforme com canvão; c— nível de terra queimada com muito canvão; d— solo húmido; e— pedras de colmatação do talude e de selamento da área habitacional durante a Idade do Ferro. Os complexos/camadas figuram agrupados por ocupações : Crasto II e Crasto 3. EP 48— estrutura pétreá 48. A estratigrafia é descrita em texto . Ver a localização deste corte na Fig. 4— perfil C -D.

O CRASTO DE PALHEIROS (MURÇA) DO CALCOLÍTICO À IDADE DO FERRO

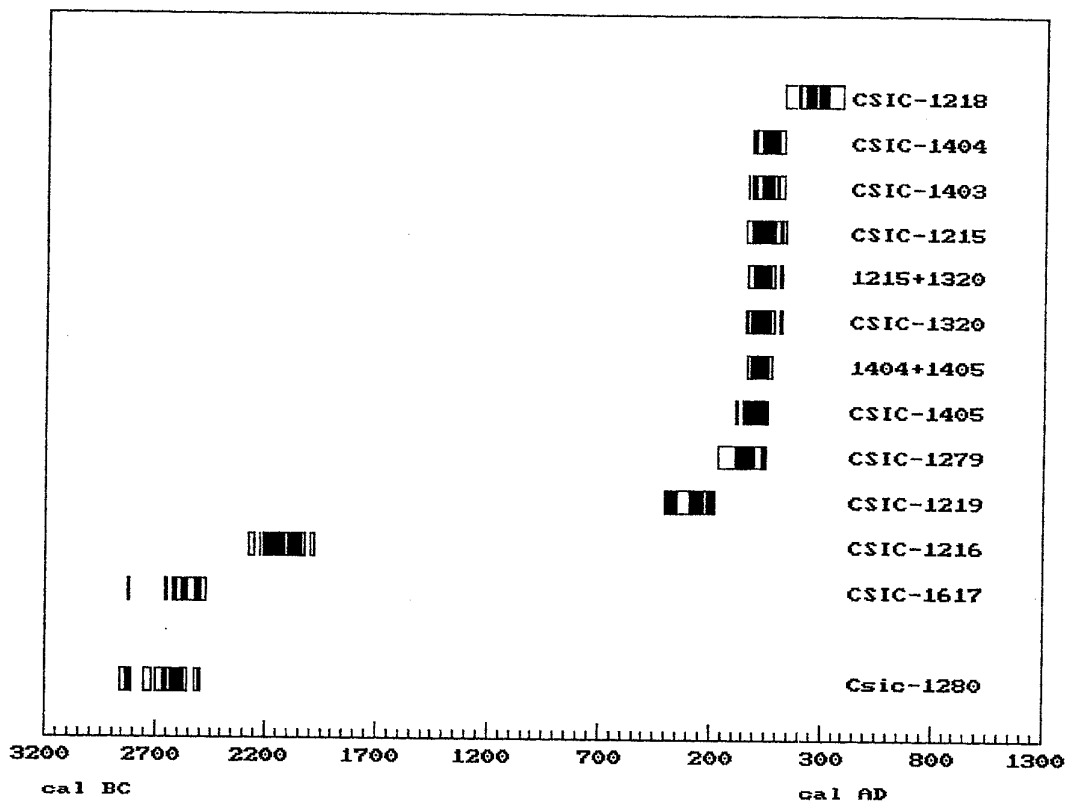


Fig. 8 — Representação gráfica das datas de Crasto de Palheiros.

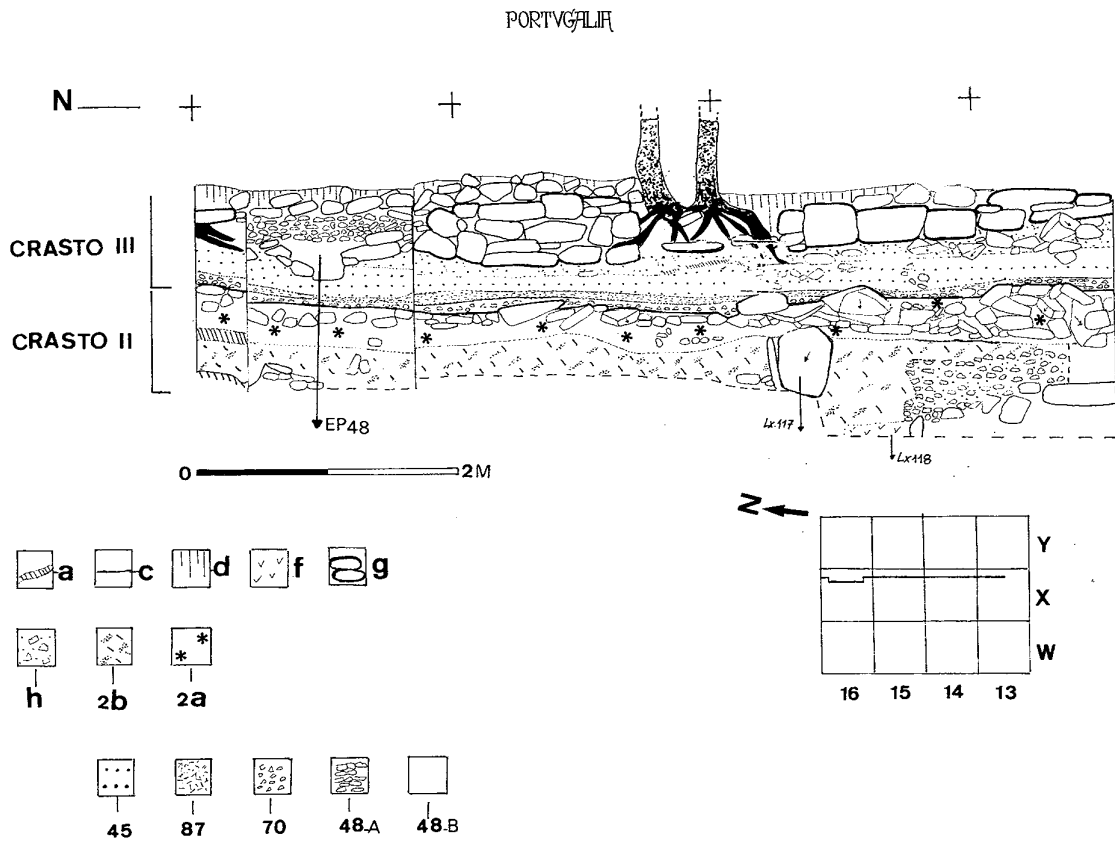


Fig. 9— Corte estratigráfico 3 (N-S), paralelo à muralha da Idade do Ferro, na Unidade Externa. Indica-se ainda a estrutura de enterramento EP 48: 48- A— cascalho fino que cobria a pequena fossa; 48-B— terra castanho escura com alguns carvões, pequenas esquirolas de ossos humanos (possivelmente de crânio) e um adorno em metal. a— nível contínuo de argila vermelha; c— nível de terra queimada com muito carvão; d— solo humoso; f— argila branca no interior da estrutura subcircular Lx. 118; Lx. 117— estrutura subcircular Lx. 117; g— muralha. Os restantes complexos (43, 45, 87 e 70) são descritos em texto.

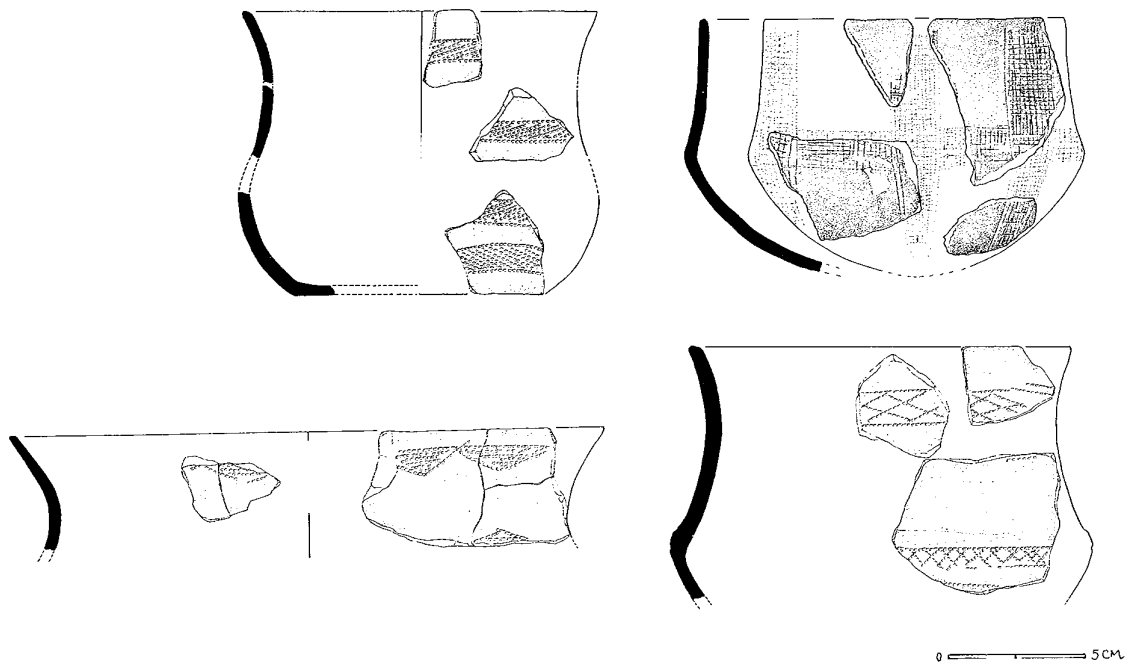
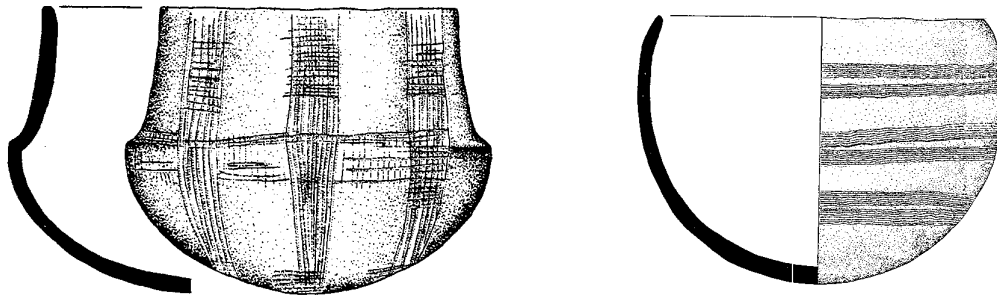


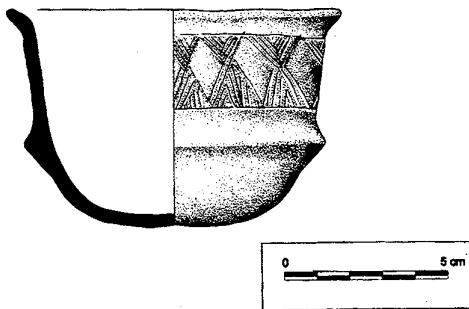
Fig. 10— (UI) Recipientes cerâmicos da fase II (Calcolítico): 3 recipientes campaniformes e um inciso.

O CRASTO DE PALHEIROS (MURÇA) DO CALCOLÍTICO À IDADE DO FERRO

nº230



nº282



nº213

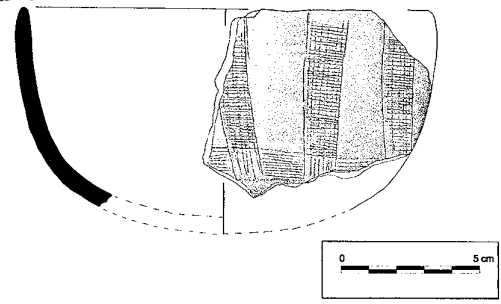


Fig. 11— (UE) Recipientes cerâmicos com decoração penteada e incisa da fase II(Calcolítico).

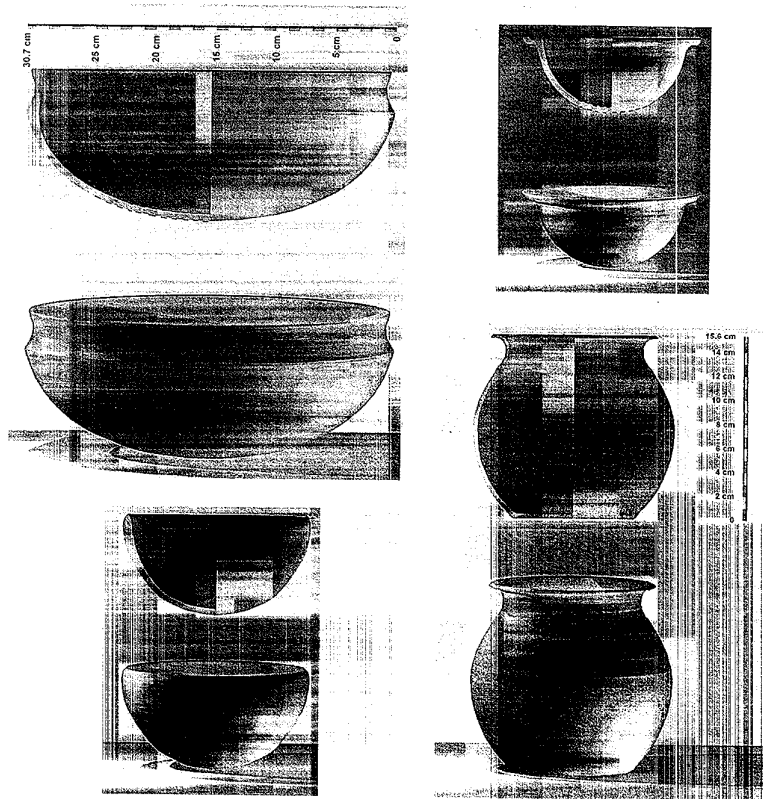


Fig. 12— (UE) Recipientes cerâmicos da fase III (Idade do Ferro (estão todos à mesma escala).

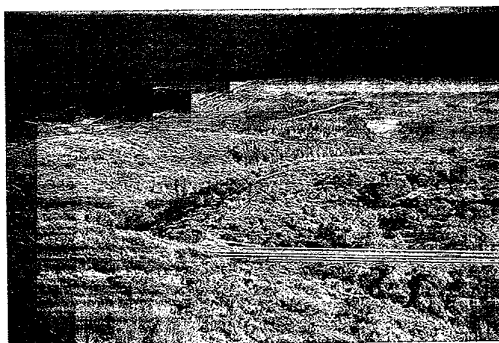


Fig. 13— Monte do Crasto visto de norte.



Fig. 14— Monte do Crasto visto de oeste

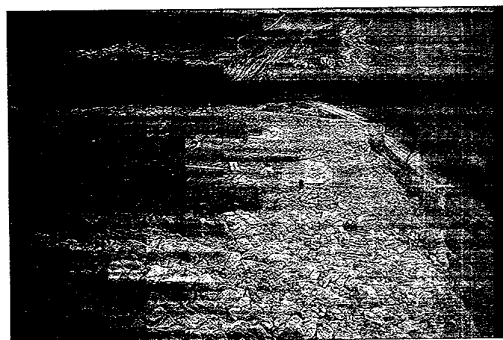


Fig. 15— Aspecto da plataforma inferior após restauro. Em 1º plano, o talude interno; em 2º mantiveram-se (por opção), 2 estruturas da Idade do Ferro (uma das quais, a Unid. hab. 4) entre o Empedrado calcolítico.



Fig. 16— Monte do Crasto visto de leste. São claras as duas plataformas e os taludes que as circundam.

O CRASTO DE PALHEIROS (MURÇA) DO CALCOLÍTICO À IDADE DO FERRO



Fig. 17— (UI) Estrutura sublosângica (Lx. 20.2); em 2º plano, o empedrado.

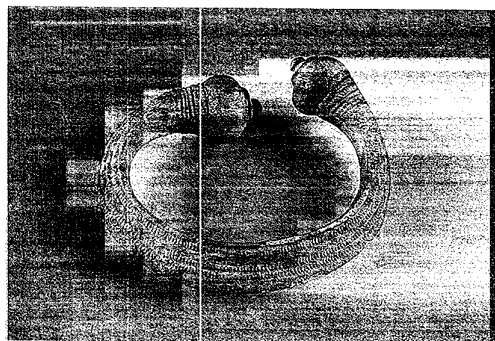


Fig. 18— (UE) Bracelete decorado, em bronze.



Fig. 19— (UE) parte preservada do piso lajeado da Unidade habitacional 4 (incendiada) (I. do Ferro).



Fig. 20— (UE) Aspecto da escavação da Unidade habitacional 2 (incendiada).

